



Número: **0823195-71.2018.8.15.2001**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **8ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **28/04/2018**

Valor da causa: **R\$ 6.750,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

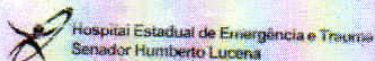
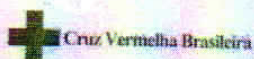
Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO (EXEQUENTE)		MARIA CINTIA GRILO DA SILVA (ADVOGADO) RAFAELA MARIA E SILVA FERREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (EXECUTADO)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13959 240	28/04/2018 10:24	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
13959 242	28/04/2018 10:24	<a href="#">BOLETIM ATENDIMENTO</a>	Documento de Comprovação
13959 244	28/04/2018 10:24	<a href="#">BOLETIM DE OCORRENCIA</a>	Outros Documentos
13959 246	28/04/2018 10:24	<a href="#">CARTA SEGURADORA</a>	Outros Documentos
13959 249	28/04/2018 10:24	<a href="#">COMP RESIDENCIA</a>	Outros Documentos
13959 250	28/04/2018 10:24	<a href="#">FOTO ACIDENTE1</a>	Outros Documentos
13959 251	28/04/2018 10:24	<a href="#">FOTO BICICLETA</a>	Outros Documentos
13959 252	28/04/2018 10:24	<a href="#">LAUDO MEDICO</a>	Outros Documentos
13959 254	28/04/2018 10:24	<a href="#">PROCURACAO</a>	Procuração
13959 256	28/04/2018 10:24	<a href="#">RECEITUARIO</a>	Outros Documentos
13959 258	28/04/2018 10:24	<a href="#">RG</a>	Outros Documentos
13959 259	28/04/2018 10:24	<a href="#">RG1</a>	Outros Documentos
13959 260	28/04/2018 10:24	<a href="#">PETIÇÃO INICIAL</a>	Outros Documentos
15576 410	26/07/2018 17:08	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
16014 651	17/08/2018 12:18	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
24703 763	24/09/2019 16:03	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
24703 772	24/09/2019 16:03	<a href="#">2639841_CONTESTACAO_01</a>	Outros Documentos
24703 774	24/09/2019 16:03	<a href="#">2639841_CONTESTACAO_Anexo_01</a>	Outros Documentos
24703 776	24/09/2019 16:03	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER</a>	Outros Documentos

25210 257	10/10/2019 17:37	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
25210 261	10/10/2019 17:37	<a href="#">0823195-71.2018</a>	Aviso de Recebimento
25531 395	22/10/2019 16:21	<a href="#">Petição</a>	Petição
25641 860	25/10/2019 11:57	<a href="#">habilitação</a>	Petição de habilitação nos autos
25641 873	25/10/2019 11:57	<a href="#">PROCURAÇÃO_ATOS_SUBS_2016</a>	Procuração
25641 874	25/10/2019 11:57	<a href="#">SUBSTABELECIMENTO- SUELIO</a>	Substabelecimento
28732 886	04/03/2020 17:42	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
28875 707	07/03/2020 14:48	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
28911 431	09/03/2020 14:49	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
29472 483	27/03/2020 16:20	<a href="#">Petição</a>	Petição
29472 486	27/03/2020 16:20	<a href="#">2639841_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01</a>	Outros Documentos
29472 487	27/03/2020 16:20	<a href="#">2639841_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02</a>	Outros Documentos
30250 362	29/04/2020 14:27	<a href="#">Devolução de Mandado</a>	Devolução de Mandado
30394 143	05/05/2020 16:06	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
30394 673	05/05/2020 16:09	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
33509 295	23/08/2020 18:38	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
33509 296	23/08/2020 18:38	<a href="#">JOSÉ ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO</a>	Devolução de Mandado
33602 624	25/08/2020 20:36	<a href="#">Petição Audiência</a>	Petição
33602 626	25/08/2020 20:36	<a href="#">Petição</a>	Outros Documentos
34965 169	30/09/2020 22:59	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
35109 358	05/10/2020 14:54	<a href="#">Termo de Audiência</a>	Termo de Audiência
35109 366	05/10/2020 14:54	<a href="#">0823195</a>	Termo de Audiência
35869 746	25/10/2020 10:09	<a href="#">Certidão Trânsito em Julgado</a>	Certidão Trânsito em Julgado
35869 747	25/10/2020 10:10	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
35870 799	25/10/2020 10:15	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
35870 800	25/10/2020 10:15	<a href="#">resumoCalculo(11)</a>	Cálculos
35870 801	25/10/2020 10:16	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
35870 804	25/10/2020 15:29	<a href="#">Ofício</a>	Ofício
35896 942	26/10/2020 11:31	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório

ANEXO







RUA ORESTES LISBOA, S/N - PEDRO GONDIM - CNES: 1112234 - Tel.:

Boletim de Atendimento: 1015383



Identificação do paciente			
ID 1192726	Nome JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO		Sexo Masculino
Data de nascimento 05/06/1955	Idade 62 anos 4 meses 4 dias	Estado civil	Religião
Mãe JULIA BANDEIRA DE ASSIS	Pai MANOEL ANTONIO DO NASCIMENTO		Prontuário
Escolaridade	Responsável (Parentesco) O MESMO - O MESMO(A)		
DDD Móvel 83	Fone Móvel 987721552	DDD Fixo	Fone Fixo
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 77861899	Nº Cns 700309964350637	
Local de procedência BAIRRO DAS INDUSTRIAS	Tipo BAIRRO		UF PB
Email	Naturalidade SURUBIM	CBC/R	
Endereço			
CEP 58083502	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro CIDADE DE CAJAZEIRAS
Número 555	Complemento	Bairro INDÚSTRIAS	
Admissão			
Data e Hora 22/07/2017 20:26:56	Número da pulseira 1000004300518	Convênio SUS	
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clínica		
Classificação de risco	Origem do paciente RUA		
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ATROPELAMENTO	Detalhe do acidente MOTO X PEDESTRE	
Indicadores e Transporte			
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte CARRO PARTICULAR	Quem transportou		
Sinais Vitais			
PA x mmHg	Pulso	Temperatura	
Exames complementares			
Raio X [ ]	Sangue [ ]	Urina [ ]	TC [ ]
Liquor [ ]		ECG [ ]	Ultrasonografia [ ]
Dados clínicos			
Diagnóstico			CID
Atendido por ANIELLY ARAUJO DOS SANTOS			Tempo 01min 03seg

Imprimir







**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 00031.01.2018.1.00.420**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00031.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 11:01 horas do dia 09 de janeiro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por José Saulo Araujo Negreiros, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu **José Alberto Bandeira do Nascimento**, CPF nº 006.978.408-67, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Cabelereiro, filho(a) de Júlia Bandeira de Assis e Manoel Antonio do Nascimento, natural de Surubim/PE, nascido(a) em 05/06/1955 (62 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Árabia, Nº S/N, complemento QD 547 LOTE 173 A, bairro Bairro das Indústrias, tendo como ponto de referência Material de Construção Bom Jesus, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98772-1552.

**Dados do(s) Fatos:**

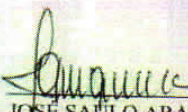
Local: Av Cidade de Cajazeiras, Em Frente Ao Colégio Anaide Beiris, João Pessoa/PB, bairro Bairro das Indústrias; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 22/07/17 19:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

QUE SEGUNDO O NOTIFICANTE, no dia 22/07/2017, por volta das 19:00 hs, precisamente na AV cidade de Cajazeiras, no bairro das Indústrias, quando pedalava a sua bicicleta, momentos em que um veículo tipo motocicleta, modelo YAMAHA fazer, ano 2008 de cor azul e de placa MOI 6276 /PB, cujo condutor até o momento não identificado pelo notificante conduzindo o seu veículo irresponsavelmente atropelou ao notificante que devido ao impacto veio a se lesionar sendo socorrido para o hospital de Emergência e trauma Senador Humberto Lucena, conforme laudo médico, datado de 27/12/2017, assinado pelo médico Dr. Ewerton Noronha Teixeira CRM 2516/PB. Não querendo representar criminalmente.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 09 de janeiro de 2018.

  
**JOSÉ SAULO ARAUJO NEGREIROS**  
Agente de Investigação

  
**JOSÉ ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO**  
Notificante

Procedimento Policial: 00031.01.2018.1.00.420





Rio de Janeiro, 25 de Janeiro de 2018

Aos Cuidados de: JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO

Nº Sinistro: 3180034969

Vítima: JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO

Data do Acidente: 22/07/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA

**Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o número **3180034969**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 00511/00512 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 12296079



**JULIANO FREIRE PEREIRA**  
RUA ARABIA, S/Nº 03 547 LT 173 A - (LAS INDUSTRIAS)  
JOAO PESSOA/PB CEP: 58083007 (A15 1)

**energisa**

Emissão 24/11/2017 Referência Nov/2017  
Classe/Subclasse RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONTAFACIL  
Roteiro 14 - 2-715-640 Nº medidor: 00086679005

Endereço para envio de correspondência: Rua 14, 2-715-640, JOAO PESSOA/PB CEP: 58083007  
CNPJ: 07.043.888/0001-90

Data Fixação de Unidade de Carga: 11/01/2017 120,00  
Cód para Dêb Automático: 00017055294

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPI / CNP
Nov / 2017	24/11/2017	22/12/2017	1923 34400

UC (Unidade Consumidora): 5/1705529-4

Canal de contato

CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL  
CADASTRO BIOMÉTRICO  
A JUSTIÇA ELEITORAL CONVOCA OS ELEITORES QUE ANTES NÃO FIZERAM O CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO PARA QUE PROCUREM O CARTÓRIO ELEITORAL OU POSTO DE ATENDIMENTO MAIS PRÓXIMO DA SUA RESIDÊNCIA, ATÉ 30/11/2017, PORTANDO DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO, COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DOS ÚLTIMOS 3 MESES E TÍTULO ELEITORAL. SE HOUVER EM CASO DE DÚVIDAS, CONSULTAR O SITE [WWW.TRE-PB.JUS.BR](http://WWW.TRE-PB.JUS.BR) OU LIGAR PARA O FONE 3512-1381

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias				
Data	Leitura	Data	Leitura							
25/10/17	2847	24/11/17	2701	1	54	30				
Demonstrativo										
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa U	Valor Base (R\$)	Alq. (R\$/kWh)	Base alq. (R\$)	Valor (R\$)			
		Tributos Totais (R\$)		ICMS (R\$)	ICMS	Pot. (R\$)	ICMS (R\$)			
0801	Consumo em kWh	54,000	0,732200	39,53	39,53	25	0,98	39,53	0,52	2,41
0801	Adic. B. Vermelha			3,75	3,75	25	0,94	3,75	0,05	0,23
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0807	CONTRIB SERVILUM PÚBLICA			1,73	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 09/2017			0,28	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 08/2017			0,52	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETARIA 09/2017			0,04	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 45,85 43,28 10,82 43,28 0,57 2,84

Média últimos meses (kWh)  
48

**VENCIMENTO**  
**01/12/2017**

**TOTAL A PAGAR**  
**R\$ 45,85**

Histórico de Consumo (kWh)

58	50	53	44	53	55	66	68	7	0	25	29
Out/17	Set/17	Ago/17	Jul/17	Jun/17	Maio/17	Abr/17	Mar/17	Fev/17	Jan/17	Dez/16	Nov/16

RESERVADO AO FISCO

3ce0.1b33.9da0.4e5d.5e88.8432.758e.289c.

Indicadores de Qualidade 9/2017 - Mensur

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5,43	0,00	

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia AFB	10,18	22,16
Compra de Energia	14,71	32,09
	4,40	9,60

Scanned by CamScanner















GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIREÇÃO TÉCNICA



## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE JOSÉ ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO  
DADOS DE NASCIMENTO 05/06/55  
NOME DA MÃE JÚLIA BANDEIRA DE ASSIS

### DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1.015.383  
Nº PRONTUÁRIO  
DATA DO ATENDIMENTO 22/07/17  
HORA DO ATENDIMENTO 20:26  
MOTIVO DO ATENDIMENTO ATROPELAMENTO  
DIAGNÓSTICO (S) CONTUSÃO DO COTOVELO D + CONTUSÃO DO PUNHO D  
CID 10 S 50.0 + S 60.2

### AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de atropelamento (colisão moto x bicicleta) hoje, apresentando queixas de dor em cotovelo D e punho D. Glasgow 15. Avaliado pela equipe médica da urgência/emergência.

### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX do cotovelo D - AP e P  
RX do punho D - AP e P

### TRATAMENTO:

Sem alteração aos RX. Realizado atendimento, medicação e tratamento conservador aos cuidados da Ortopedia e da Cirurgia Geral.

ALTA HOSPITALAR: 22/07/17  
DATA DA EMISSÃO: 27/12/17

DR. EWERTON NORONHA TEIXEIRA  
MÉDICO C.R.B. 2516

Dr. Ewerton Noronha Teixeira  
CRM: 2516/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO







CONSULT JUS

### PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, cabeleireiro, inscrito no CPF de m.º 006978408-67, residente e domiciliado a Rua Itapororoca, n.º 83, Bairro das Industrias, CEP 58083-544, e-mail: [bandeira83981306080@gmail.com](mailto:bandeira83981306080@gmail.com), contato: 83 98130-6080/ 98772-1552.

**OUTORGADO(S):** RAFAELA MARIA E SILVA FERREIRA, inscrita na OAB/PB sob o nº 20.228; MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA, inscrita na OAB/PB nº 17.295;

**PODERES:** o outorgante constitui seus bastantes procuradores e a eles confere poderes para o foro em geral (nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil), podendo atuar em conjunto ou isoladamente em qualquer juízo, comarca ou instância, para propor ou contestar, assim como acompanhar processos em todos os seus termos, atos e fases, para toda e qualquer processo ou procedimento, seja ele judicial ou administrativo, independentemente de sua natureza, inclusive penal, em que seja parte ou, por qualquer forma, interessado, dispondo para isso, ainda, de poderes para renunciar ao direito sobre qual se funda a ação, reconhecer a procedência das afirmações de existência de direito, confessar, acordar, transigir, desistir, firmar compromisso, receber e dar quitação (com a possibilidade de receber alvarás, RPV e precatórios), bem como de firmar negócios jurídicos processuais, inclusive com calendarização. Também poderes para tomar medidas administrativas e/ou judiciais, visando a evitar e/ou reaver valores a título de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e empréstimos compulsórios, nos níveis federal, estadual (ou distrital), municipal, inclusive para requerer Certidão Negativa de Débito, cópia de procedimento administrativo tributário, representação fiscal, entre outros, bem como atuar junto à Receita Federal do Brasil, Instituto Nacional da Seguridade Social, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Advocacia Geral da União, Secretarias da Fazenda estaduais, distrital e municipais e suas respectivas procuradorias. Finalmente poderes para substabelecer os que lhe foram conferidos com ou sem reserva.

### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA

Nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil, "a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei". Para, então, fazer uso desse benefício, o outorgante declara-se legalmente pobre, por não ter condições de pagar as despesas processuais (dentre as quais se incluem custas e honorários sucumbenciais), e conhecedora das penalidades previstas no parágrafo único do art. 100 daquele Código.

João Pessoa, 13 de novembro de 2017.

  
OUTORGANTE







Cruz Vermelha Brasileira



Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena



GOVERNO  
DA PARAÍBA

## Receituário

Paciente: JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO

Data: 22/07/2017 21:49:54

Sexo: Masculino

CPF: Não

Informado

Idade: 62

BAE: 1015383

USO ORAL

# ARFLEX 200MG

1 CX

TOMAR 1 COMPRIMIDO, VIA ORAL, APÓS UMA REFEIÇÃO, POR 6 DIAS

Dr. Pedro Henrique Freitas  
Médico Residente  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PB 10575

Dr. PEDRO HENRIQUE GUTIERREZ VARGAS FREITAS

10575/PB

HEETSHL - Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena  
Av. Orestes Lisboa, S/N Conj. Pedro Gondim João Pessoa - Paraíba - Cep: 58031-090



Cruz Vermelha Brasileira



Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena



GOVERNO  
DA PARAÍBA

## Receituário

Paciente: JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO

Data: 22/07/2017 21:49:54

Sexo: Masculino

CPF: Não

Informado

Idade: 62

BAE: 1015383

USO ORAL

# ARFLEX 200MG

1 CX

TOMAR 1 COMPRIMIDO, VIA ORAL, APÓS UMA REFEIÇÃO, POR 6 DIAS

Dr. Pedro Henrique Freitas  
Médico Residente  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PB 10575

Dr. PEDRO HENRIQUE GUTIERREZ VARGAS FREITAS

10575/PB

HEETSHL - Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena  
Av. Orestes Lisboa, S/N Conj. Pedro Gondim João Pessoa - Paraíba - Cep: 58031-090





7.386.189-9 11/MAI/2010  
JOSE ALBERTO BANDEIRA DO  
NASCIMENTO  
MANOEL ANTONIO DO NASCIMENTO  
E JÚLIA BANDEIRA DE ASSIS  
SURUBIM - PE 05/JUN/1955  
SURUBIM-PE  
IPOJUCA  
CN:LV.A6 /FLS.152 /N.002701  
006978408/67  
D.A.L. 16 Defensoria Distrital de  
Surubim - PE (D.D.S. 16.002)









EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE JOÃO PESSOA.

**JUSTIÇA GRATUITA**

**JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO**, brasileiro, solteiro, cabeleireiro, inscrito no CPF de m.º 006978408-67, residente e domiciliado a Rua Itapororoca, n.º 83, Bairro das Industrias, CEP 58083-544, e-mail: [bandeira83981306080@gmail.com](mailto:bandeira83981306080@gmail.com), por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço á Avenida Capitão José Pessoa, n.º 602, Jaguaribe, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

### **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO**

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada, Na Rua Senador Dantas, nº. 74 5º andar, centro, Rio de Janeiro, CEP 20031205, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante:

---

Rua Cap. José Pessoa, 602, Jaguaribe- João Pessoa/PB – Telefone: (83) 4141-2316 (83) 98663-0588  
[consult.jus.advogados@gmail.com](mailto:consult.jus.advogados@gmail.com)





## **PREAMBULARMENTE**

### **I- DA NEGATIVA ADMINISTRATIVA:**

Importante frisar que a vítima **JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO**, antes de ingressar com a presente ação judicial tentou receber o seguro DPVAT através da seguradora Líder dos consórcios de seguro DPVAT.

O autor ingressou com o processo administrativo, gerando o sinistro de nº 3180034969, onde ficou constatado pendência na documentação médica. Ocorre que toda a documentação médica relativa ao acidente foi entregue a Seguradora, que exige documento médico particular atestando a sequela. Ora, o autor não tem recursos para pagar médico particular, precisando depender do SUS, o que muitas vezes é impossível conseguir laudos e atestados.

É uma prática de a seguradora obstaculizar de todas as formas o recebimento do prêmio, aplicando uma perícia unilateral, que nem sequer exame a vítima como deveria.

Informamos que o processo administrativo, assim como o judicial foi instruído com os seguintes documentos: procuração, Certidão de Atendimento do Hospital comprovando o nexo de causalidade, Boletim de Ocorrência Policial, documento pessoal, demais laudos referentes ao acidente, além de toda documentação exigida pela seguradora.

Desta forma, resta claro que o processo administrativo foi letrado com todos os documentos exigidos pela lei 6194/74 para recebimento de seguro DPVAT:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. § 1º - A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos: a) Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiário - no caso de morte; § 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992) (Vide Medida nº 340, de 2006) § 1º A







indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007) a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992) b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais. § 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará. § 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

O intuito da Autora era de resolver o processo em sede administrativa, mas infelizmente a parte ré alegou que havia documentação pendente e não deu prosseguimento ao pagamento do seguro DPVAT que tem direito toda vítima de acidente de trânsito que tenha suportado debilidade e consequente invalidez permanente.

NÃO CABE QUALQUER ALEGAÇÃO POR PARTE DA SEGURADORA DE FALTA DE SUBMISSÃO A INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA, haja vista, ter sido esgotado todos os caminhos pela esfera administrativa, no caso em tela a Autora foi obrigado a ingressar com ação judicial para poder receber o seguro ao qual tem direito.

Dito, não cabe no presente processo qualquer tipo de extinção por falta de submissão a instancia administrativa.

## **II-DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA**

Requer o Promovente, de plano, os benefícios da Justiça Gratuita, considerando não poder arcar com as despesas processuais concernentes ao presente feito, sem que isso implique em prejuízo de seu próprio sustento, nos moldes da legislação pertinente – Lei nº 1060/50, *in verbis*:





*“Art. 4º: A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.”*

Desta forma, o promovente enquadra-se perfeitamente nas exigências trazidas pela legislação que regulamenta a espécie

### **DOS FATOS**

O promovente foi vítima de acidente automobilístico ocorrido, em 22 de julho de 2017, tudo conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu contusão do cotovelo direito e do punho direito.

Essa lesão, o deixou com sequelas irreversíveis, o que o torna beneficiário do seguro denominado (DPVAT). O autor sente dores, dificuldade na movimentação do braço direito e déficit de força. Ademais, o autor é cabeleireiro e mal consegue atender seus clientes, uma vez que suas lesões não permitem que o autor atenda em quantidade, pois as dores são presentes em sua vida.

O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, teve seu seguro pendenciado, com médico hospitalar, mesmo sendo esse enviado para seguradora.

Contudo, restará comprovado por meio de perícia imparcial que o autor ficou com debilidade permanente.

Desse modo facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora ao promovente foi feito a menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado, por meio de perícia médica especializada indicada pelo Tribunal.

### **DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO**

Considerando a necessidade de produção de provas no presente feito, bem como a política atual adotada pela seguradora, no sentido de não realizar







nenhum acordo, a Parte Autora vem manifestar, em cumprimento ao art. 319, inciso VII do CPC/2015, que não há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do procedimento e a necessidade de que ambas as partes dispensem a sua realização, conforme previsto no art. 334, §4º, inciso I, do CPC/2015.

### **DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM**

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S.A.**

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)**

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG, poderá compor o pólo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

### **DA NECESSIDADE DA PROVA PERICIAL**







No caso em tela, faz-se necessária a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por **médico especialista**, PERITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, conforme preconiza a resolução 003/2013, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

### **DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.(grifo nosso)

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

*“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”.* (destaque nosso).







Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

## **DOS PEDIDOS**

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

**a)** Ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;

**b)** Conceder os benefícios da gratuidade judiciária, tendo em vista ser o autor pobre na forma da lei;

**c)** QUE SEJA DESIGNADO PERITO JUDICIAL NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 03/2013, COM INTUITO DE REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA ESPECIALIZADA, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;

**d)** A não realização de audiência de conciliação ou mediação;

---

Rua Cap. José Pessoa, 602, Jaguaribe- João Pessoa/PB – Telefone: (83) 4141-2316 (83) 98663-0588  
consult.jus.advogados@gmail.com





e)ao final, JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar **o valor correspondente a sua debilidade,** que deverá ser levantada por meio da perícia médica;

f) Ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios.

Por fim requer que todas as citações e intimações sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE a Dra. MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA, OAB/PB 17295** sob pena de nulidade.

Dá-se à causa o valor de R\$ 6.750,00.

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 19 de abril de 2018.

**MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA**  
**OAB/PB 17295**

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

---

Rua Cap. José Pessoa, 602, Jaguaribe- João Pessoa/PB – Telefone: (83) 4141-2316 (83) 98663-0588  
consult.jus.advogados@gmail.com







<b>Danos Corporais Totais</b> <b>Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentual da Perda</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b> <b>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b> <b>Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**8ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0823195-71.2018.8.15.2001

**DESPACHO**



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**8ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0828549-77.2018.8.15.2001

**DESPACHO**

**Vistos, etc**

Defiro o pedido de assistência judiciária.

1. CERTIFIQUE a escrivania a existência de outra ação idêntica a presente, envolvendo as mesmas partes, eventualmente distribuída para vara cível diversa;
2. Caso negativa a certidão, determino a citação da parte ré, com prazo de 15 dias, uma vez que a audiência de conciliação/medição prevista no art. 334, do CPC/2015 mostra-se inoportuna no presente caso.
3. Apresentada contestação, INTIME-SE para impugnar no prazo de 15 dias.

CUMPRASE

JOÃO PESSOA, 26 de julho de 2018.

**RENATA DA CAMARA PIRES BELMONT**

Juiz(a) de Direito







Poder Judiciário da Paraíba  
8ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo:** 0823195-71.2018.8.15.2001  
**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM (7)  
**Assunto:** [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
**Polo ativo:** AUTOR: JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO  
**Polo passivo:** RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que, em consulta ao sistema STI e PJE, constatei que não existe outra ação idêntica a presente, envolvendo as mesmas partes.

JOÃO PESSOA, 17 de agosto de 2018  
CLEOPATRA CAMPOS MEDEIROS



EM ANEXO







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08231957120188152001

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

#### BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **22/07/2017**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **09/01/2018**.

Cumpra esclarecer que em que pese a parte autora realizar requerimento do pagamento, através da via administrativa, porém, o sinistro foi cancelado por inatividade, haja vista que a parte autora não apresentou a documentação necessária para a perfeita regulação do sinistro.

Não obstante, em qualquer hipótese de acidente, a atitude normal do segurado é procurar a seguradora, para que esta regule, primeiramente, o sinistro. Somente em caso de não pagamento, ressarcimento incompleto ou de mora, as demandas devem ser ajuizadas.

Assim, tendo o autor deixado de apresentar a documentação exigida por lei, carecendo o autor de uma condição específica do regular exercício do direito de ação, qual seja, interesse de agir.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Compulsando atentamente aos autos, em nenhum momento foi demonstrado e comprovado de forma contundente que a parte autora faz jus ao pleito deduzido na presente demanda, devendo o pleito ser julgado extinto em virtude da inocorrência de mora por parte da Ré.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

#### **DA FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL**

#### **PENDÊNCIA DOCUMENTAL**

O processo deve ser extinto sem conhecimento do mérito, porque não concorre uma das condições da ação: o **INTERESSE PROCESSUAL**.

Verifica-se que, o autor ingressou com o pedido administrativo, todavia, incorreu em pendência documental, de maneira que deixou de sanear tal pendência, acarretando no cancelamento do sinistro.

Insta esclarecer que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro pacificou o tema e conforme o Aviso nº 108/2012 resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, vejamos:

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;





***“A prova do requerimento administrativo prévio à seguradora da cobrança da cobertura do seguro DPVAT deve ser exigida pelo juiz no exame da petição inicial”.***

No mesmo sentido, se posicionou o Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

**“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.**

**Inércia do autor quanto a este pedido. Reversão do entendimento. Impossibilidade. Incursão em matéria fático-probatória. Incidência da Súmula 7/STJ. Violação ao princípio da inafastabilidade do acesso à Justiça. Impossibilidade de exame por esta Corte de Justiça. Matéria atinente à competência do Supremo Tribunal Federal.**

**O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso de demanda judicial.**

**(...) 4. Agravo regimental desprovido” (AgRg no REsp 936574/SP, Terceira Turma, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgamento em 02/08/2011).**

Trata-se de oportunizar à seguradora o pagamento extrajudicial, até porque, o requerimento prévio administrativo é requisito essencial para a utilidade da providência jurisdicional, conforme dispõe o art. 5º, § 1º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito:

**“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.**

**(...)**

**§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30**

**(trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)(...)”**

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que, frise-se, é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Deste modo, verifica-se que a seguradora só se constitui em mora 30 dias após a entrega de todos os documentos legais na esfera administrativa. E, no caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

Assim, tendo o autor deixado de cumprir as exigências administrativas à indenização que entende devida, ingressando com a presente ação sem antes eliminar todas as possibilidades, resta claro que não existe interesse na demanda.

Importante salientar, ademais, que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, na forma do Art. 485, VI, do CPC, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e



nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

### **DO MÉRITO**

#### **DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA**

#### **DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

Conforme dispõe o art. 385, NCPC/15, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, a parte autora sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o BOLETIM DE OCORRÊNCIA, haja vista que a narrativa dos fatos, não foi exposta de forma clara, não há testemunhas, não há identificação do suposto causador do acidente, constando apenas relatos totalmente unilaterais da parte Autora para sua própria conveniência, 5 meses após o alegado acidente.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a autenticidade do Boletim de Ocorrência apresentado aos autos, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

#### **DA VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

Verifica-se Nobre Magistrado que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

#### **HÁ DE SER CONSIDERADO QUE O BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL ANEXO AOS AUTOS, SOMENTE FOI REGISTRADO APÓS 5 MESES DA DATA DO ALEGADO ACIDENTE NOTICIADO.**

Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.

#### **Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro supostamente ocorrido em 22/07/2017, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda.**

Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!!!

Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestasse depoimento.

**Não há justificativa para delonga tão grande**, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.





No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro. Essa prova documental incumbe à parte Autoral, em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC/15.

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, com fulcro nos artigos 487, I, do NCPC/15.

### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>3</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossigue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

### **DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral<sup>4</sup>.

<sup>3</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

<sup>4</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.



No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima<sup>5</sup>.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

**Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**

**Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>6</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>7</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

#### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

<sup>5</sup> **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

<sup>6</sup> “SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>7</sup> **art. 1º . (...)**

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**





Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 20 de setembro de 2019.

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



### **QUESITOS DA RÉ**

- 1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;
- 2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;
- 3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando o vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;
- 4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;
- 5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;
- 6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;
- 7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.



### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					





## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO**, em curso perante a **8ª VARA CÍVEL** da comarca de **JOAO PESSOA**, nos autos do Processo nº 08231957120188152001.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Rio de Janeiro, 22 de Janeiro de 2018

Aos Cuidados de: JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO

Nº Sinistro: 3180034969

Vítima: JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO

Data do Acidente: 22/07/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: MARIA CINTIA GRILO DA SILVA

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180034969**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12269585

Pag. 00747/00748 - carta\_01 - INVALIDEZ

00020374



Rio de Janeiro, 24 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO**

Nº Sinistro: **3180034969**  
Vitima: **JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO**  
Data do Acidente: **22/07/2017**  
Cobertura: **INVALIDEZ**  
Procurador: **MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA**

**Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização cadastrado sob o sinistro **número 3180034969**.

Tendo em vista que a pendência não foi sanada no período de 180 dias, informamos que o seu pedido de indenização foi negado.

Caso deseje dar continuidade ao seu pedido de indenização, procure o ponto de atendimento onde o seu processo foi aberto para apresentar os documentos complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente.

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13142442

Pag. 01521/01522 - carta\_16 - INVALIDEZ

00020761





## Autorização de pagamento



AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

tp://www.seguradoralider.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206

(exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

### INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

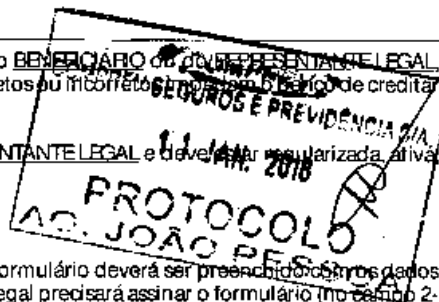
É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos poderão impedir o crédito de pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do BENEFICIÁRIO ou do REPRESENTANTE LEGAL e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

É obrigatório Representante Legal para:

Beneficiário entre 0 a 15 anos (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

Beneficiário entre 16 e 17 anos - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").



Número do Sinistro ou ASL	CPF da Vítima 006.978.408-67	Nome completo da vítima JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO
---------------------------	---------------------------------	--

### DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL

Nome completo JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO		CPF titular da conta 006.978.408-67	Profilção
Endereço R. ANABIA		Número SN	Complemento 00 547 LT 123-A
Bairro INDUSTRIAS	Cidade JOAO PESSOA	Estado PARAIBA	CPF 58083-607
Email			Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Lider - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

### FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS

<input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR <input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 <input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00		<input type="checkbox"/> SEM RENDA <input type="checkbox"/> R\$ 7.001,00 ATÉ R\$ 10.000,00 <input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00		<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00 <input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00 <input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	
<input checked="" type="checkbox"/> CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAU (341) <input checked="" type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)				<input type="checkbox"/> CONTA CORRENTE (todos os bancos)	
AGÊNCIA NRO 0036 (Informar dígito se existir)		DIV CONTA NRO 00061506 (Informar dígito se existir)		BANCO NOME AGÊNCIA NRO DIV CONTA NRO DIV (Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Lider a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

JOE PESSOA 09 de JANEIRO de 2018  
Local e Data

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPF.001 V001/2017





SECRETARIA DE ESTADO DA  
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
Delegacia Geral da Polícia Civil  
Superintendência Regional de Polícia Civil  
Delegacia Especializada de Acidentes de  
Veículos da Capital



**POLÍCIA  
CIVIL**  
PARAÍBA



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

Secretaria de Estado da  
Segurança e da Defesa Social

### CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 00031.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00031.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 11:01 horas do dia 09 de janeiro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por José Saulo Araújo Negreiros, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu José Alberto Bandeira do Nascimento, CPF nº 006.978.408-67, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Cabelereiro, filho(a) de Júlia Bandeira de Assis e Manoel Antonio do Nascimento, natural de Surubim/PE, nascido(a) em 05/06/1955 (62 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Árabia, Nº S/N, complemento QD 547 LOTE 173 A, bairro Bairro das Indústrias, tendo como ponto de referência Material de Construção Bom Jesus, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98772-1552.

#### **Dados do(s) Fatos:**

Local: Av Cidade de Cajazeiras, Em Frente Ao Colégio Anaide Beiris, João Pessoa/PB, bairro Bairro das Indústrias; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 22/07/17 19:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.

#### **E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

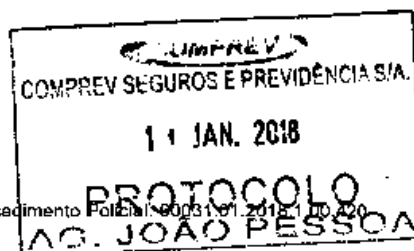
QUE SEGUINDO O NOTIFICANTE, no dia 22/07/2017, por volta das 19:00 hs, precisamente na AV cidade de Cajazeiras, no bairro das Indústrias, quando pedalava a sua bicicleta, momentos em que um veículo tipo motocicleta, modelo YAMAHA fazer, ano 2008 de cor azul e de placa MO1 6276 /PB, cujo condutor ate o momento não identificado pelo notificante conduzindo o seu veículo irresponsavelmente atropelou ao notificante que devido ao impacto veio a se lesionar sendo socorrido para o hospital de Emergência e trauma Senador Humberto Lucena, conforme laudo médico, datado de 27/12/2017, assinado pelo médico Dr. Ewerton Noronha Teixeira CRM 2516/PB. Não querendo representar criminalmente.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expede a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 09 de janeiro de 2018.

JOSÉ SAULO ARAUJO NEGREIROS  
Agente de Investigação

JOSÉ ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO  
Notificante



# Declaração de Inexistência de IML



## DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

### INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL\* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal\* é obrigatório para os seguintes casos:

**Casos com vítima entre 0 a 15 anos** - O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

**Casos com vítima entre 16 e 17 anos** - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

**Casos com vítima Interditada com curador** - Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO

CPF da Vítima

006.978.408-67

Data do Acidente

22.07.2017

### REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Email

Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter a perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, sob os termos do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

11 JAN. 2018

PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA

João Pessoa, 09 de Janeiro de 2018

Local e Data

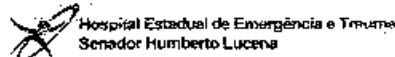
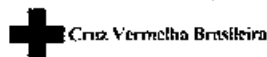
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALL001 V001/2017







RUA ORESTES LISBOA, S/N - PEDRO GONDIM - CNES: 1112234 - Tel.:

Boletim de Atendimento: 1015383



<b>Identificação do paciente</b>				
ID 1192726	Nome JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO			Sexo Masculino
Data de nascimento 05/06/1955	Idade 62 anos 4 meses 4 dias	Estado civil	Religião	Pronúncia
Mãe JULIA BANDEIRA DE ASSIS	Pai MANOEL ANTONIO DO NASCIMENTO			
Escolaridade	Responsável (Parentesco) O MESMO - O MESMO(A)			
DDD Móvel 83	Fone Móvel 987721552	DDD Fixo	Fone Fixo	
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 77661899	Nº Cns 700309964360637		
Local de procedência BAIRRO DAS INDUSTRIAS	Tipo BAIRRO		UF PB	
Email	Naturalidade SURUBIM	CBOR		
<b>Endereço</b>				
CEP 58063602	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro CIDADE DE CAJAZEIRAS	
Número 555	Complemento	Bairro INDUSTRIAS		
<b>Admissão</b>				
Data e Hora 22/07/2017 20:26:56	Número da pulseira 1000004300518	Convênio SUS		
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clínica			
Classificação de risco	Origem do paciente RUA			
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ATROPELAMENTO	Data e hora do acidente MOTO X PEDESTRE		
<b>Indicadores e Transporte</b>				
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não	
Modo de transporte CARRO PARTICULAR	Quem transportou			
<b>Sinais Vitais</b>				
PA X mmHg	Pulso	Temperatura		
<b>Exames complementares</b>				
Ralo X [ ]	Sangue [ ]	Urina [ ]	TC [ ]	Liquor [ ]
ECG [ ]		Ultrasonografia [ ]		
Dados clínicos				
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> <p>COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.</p> <p>11 JAN. 2018</p> <p>PROTOCOLO</p> <p>AG. JOÃO PESSOA</p> </div>				
Diagnóstico	CID			
Atendido por ANIELLY ARAUJO DOS SANTOS	Tempo 01min 03seg			

Comprovação de ato declaratório



09/10/2017 11:41

02



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 24/09/2019 16:03:25

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19092416032416200000023910977

Número do documento: 19092416032416200000023910977

[illegible]

Emissão 24/11/2017 Referência Nov/2017  
Classe/Subclasse PESSOAL DE PRESIDENCIAL MANDATÁRIO  
Retorno 14.2-715-Grô ppmedicor 00008679015

[illegible]

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/CNPJ	RANI
Nov/2017	24/11/2017	22/12/2017	1923	34400

5/17/05529-4

**- CONVOCAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL.**  
CADASTRO BIOMÉTRICO  
A JUSTIÇA ELEITORAL CONVOCA OS ELEITORES QUE ANTES  
NÃO FIZERAM O CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO PARA QUE  
PROCUREM O CARTÓRIO ELEITORAL OU POSTO DE ATENDI-  
MENTO MAIS PRÓXIMO DA SUA RESIDÊNCIA. ATÉ 30/11/2017  
PORTANDO DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO, COMPROVAN-  
TE DE RESIDÊNCIA DOS ÚLTIMOS 3 MESES E TÍTULO ELEITORAL  
SE HOUVER. EM CASO DE DÚVIDAS, CONSIGAM O SITE:  
[WWW.TRE-PB.JUS.BR](http://WWW.TRE-PB.JUS.BR) OU LIGAR PARA O FONE 3512-1391

COMPREV SEGUROS E PREVIDENCIA S/A  
11 JAN. 2018  
PROTOCOLO  
AO. JOAO PESSOA

Anterior		Atual		Constante		Consumo		Dias	
Data	Letura	Data	Letura						
25/10/17	7847	24/11/17	7701		1		54		30
<b>Demonstrativo</b>									
CC	Descrição	Quantidade	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
			Trabalho	Material	Material	Material	Material	Material	Material
			Trabalho	Material	Material	Material	Material	Material	Material
0801	Consumo em kWh	54,000	0,732200	39,53	39,53	25	9,88	39,53	0,52
0807	Adm. B Vermelha			3,75	3,75	25	0,84	3,75	0,05
<b>LANÇAMENTOS E SERVIÇOS</b>									
0807	CONTROLE SERV. LUM. PÚBLICA			1,73	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MOROSIDADE/2017			0,26	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA/2017			0,52	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA/2017			0,04	0,00	0	0,00	0,00	0,00

CCR Código de Classificação do Item	TOTAL	45,85	43,28	10,82	43,28	0,57	2,84
-------------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	------	------

**VENCIMENTO**  
**01/12/2017**

**R\$ 45.85**

48

### Histórico de Consumo (kWh)

59	60	53	44	53	65	68	69	7	0	26	29
Oct17	Sep17	Apr17	Jul17	Jun17	Mar17	Apr17	Mar17	Feb17	Jan17	Dec18	Nov18

3ce0.1b33 9da0 4e5d 5e88 8432 758e 289c

Indicadores de Qualidade 9/2017 - Mensura

### Composição do Consumo

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIA MENSAL	5,43	0,08	(M)	Serviços de Teste na Energia e PB	10,18	32,16
				Compra de Energia	14,71	37,09
					24,89	79,25

Scanned by CamScanner



Comprovante de residência



		COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE MARABÁ Rua Feliciano Chini, 228 - Jaguaribe João Pessoa - PB CEP: 68.015-570 - CNPJ: 08.123.654/0001-01		603589 <b>REFERENCIA</b> MAR/2017
<b>CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS</b>				
CYNARA SOUZA QUIRINO AV CAP JOSE PESSOA 602 JAGUARIBE 68015-170 JOAO PESSOA				
Inscrição	SMI	Quantidade de Economias		Responsável
001.06.280.0290	0	1 0 0 0 0 0 0 0		603589
Matrícula	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto
A06X037899	07/04/2006	I	LIGADO	LIGADO
ANTERIOR : ATUAL : CONSUMO (m <sup>3</sup> ) : MÊS. DE DIAS : PRÓXIMA LEITURA 2282 2285 3 30 06/04/2017 HIST. DE CONS./ANOR. LEIT. : QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2011-HS				
SET/2016	6	0	PARÂMETROS EXIG. ANALIS. CONFORMES	
OUT/2016	6	0	COR 77 123 121	
NOV/2016	2	0	COL. TERMOT 0 0 0	
DEZ/2016	3	0	TURBIDEZ 294 317 317	
JAN/2017	0	0	COL. TOTALS 294 317 317	
FEV/2017	3	0	CLORO 294 317 317	
MEDIAÇÃO	4	DADOS REFERENTES A: JAN/2017		
DATA DA LEITURA: 09/03/2017 HORA DA LEITURA: 07:57:36 DESCRIÇÃO CONSUMO VL ÁGUA VL ESGOTO TOTAL(R\$) RESIDENCIAL CONSUMO ATÉ 10m <sup>3</sup> 10 30,44 20,47 R\$66,31				
VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$6,13 PIS E COFINS: Lei 12.741/12 <b>VENCIMENTO:</b> 21/03/2017 <b>Total a Pagar:</b> R\$66,31				
V 16 10 R. 1,0 COPIA DE LEITURA: REALIZADA COPIA DO FATURAMENTO: REAL TIPO DE TARIFA: NORMAL POSICAO DE DEB. ANTERIOR(ES) EXISTE(M) CONTA(S) ANTER. EM DEBITO. INFORMAÇÕES GERAIS: PARA SUA CONVIDADE, PAGUE SUA CONTA PELA INTERNET OU DEBITO AUTOMÁTICO.				
		MATRICULA	REFERENCIA	VENCIMENTO
		603589	MAR/2017	21/03/2017
				TOTAL A PAGAR
				R\$66,31

8261000000-7 86310010520-3 06035890320-5 17800000002-7



DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO  
CIRCULAR SUSEP 445/12



Parte (exceto) com deficiência auditiva) site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 271206

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular nº 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29536>

A Circular SUSEP<sup>1</sup> nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

<sup>2</sup> Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu Maria Antônia Gil da Silva inscrito (a) no CPF sob o Nº 051690444 / 85 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário José Alberto Bandeira Noriment inscrito (a) no CPF sob o Nº 006978408 / 67 do sinistro de DPVAT cobertura invalidez da Vítima José Alberto Bandeira Noriment inscrito (a) no CPF sob o Nº 006978408 / 67, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☒ Declaro Profissão: Advogada Renda: recusa e apresento os documentos comprobatórios: OAB/PB

☐ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço <u>Rua Capitão José Pessoa</u>		Número <u>602</u>	Complemento <u>Sala 06</u>
Bairro <u>Aguaí</u>	Cidade	Estado	CEP <u>5805170</u>
Email <u>comultjuradvogada@gmail.com</u>		Telefone comercial(DDD) <u>83986630588</u>	Telefone celular(DDD) <u>41412315</u>

José Benício 05 de junho de 2018  
Local e Data

Maria Antônia Gil da Silva  
Assinatura do Declarante

DLDR1.001 V001/2017







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA

DIREÇÃO TÉCNICA

**LAUDO MÉDICO****INFORMAÇÕES PESSOAIS**

NOME DO PACIENTE JOSÉ ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO

DADOS DE NASCIMENTO 05/06/55

NOME DA MÃE JÚLIA BANDEIRA DE ASSIS

**DADOS EXTRAÍDOS**

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1.015.383

Nº PRONTUÁRIO

DATA DO ATENDIMENTO 22/07/17

HORA DO ATENDIMENTO 20:26

MOTIVO DO ATENDIMENTO ATROPELAMENTO

DIAGNÓSTICO (S) CONTUSÃO DO COTOVELO D + CONTUSÃO DO PUNHO D

CID 10 S 50.0 + S 60.2

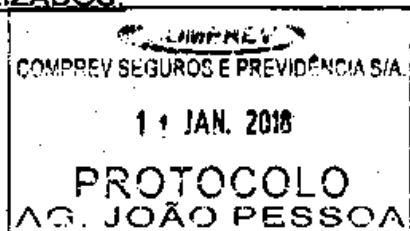
**AVALIAÇÃO INICIAL:**

Paciente deu entrada neste hospital vítima de atropelamento (colisão moto x bicicleta) hoje, apresentando queixas de dor em cotovelo D e punho D. Glasgow 15. Avaliado pela equipe médica da urgência/emergência.

**EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:**

RX do cotovelo D - AP e P

RX do punho D - AP e P

**TRATAMENTO:**

Sem alteração aos RX. Realizado atendimento, medicação e tratamento conservador aos cuidados da Ortopedia e da Cirurgia Geral.

ALTA HOSPITALAR: 22/07/17

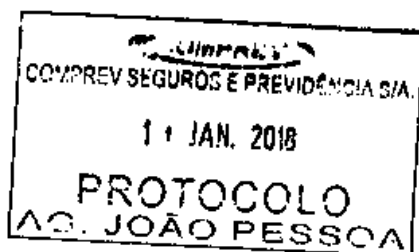
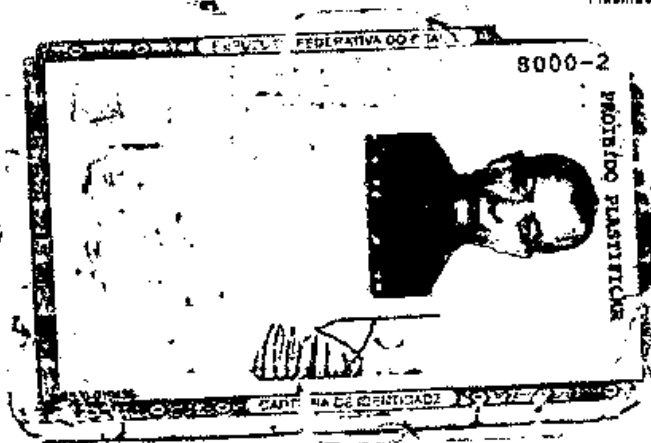
DATA DA EMISSÃO: 27/12/17

Dr. Ewerton Noronha Teixeira  
CRM: 2516/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: BML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



Documentos de identificação



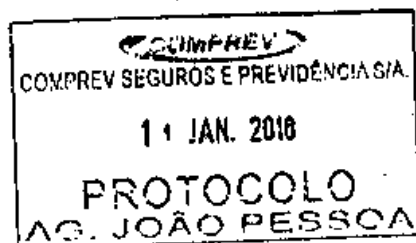
7.786.189-9 11/MAI/2010

JOSE ALBERTO BANDEIRA DO  
NASCIMENTO  
MANOEL ANTONIO DO NASCIMENTO  
E JÚLIA BANDEIRA DE ASSIS

SURUBIM - PE 05/JUN/1955

SURUBIM-PE  
IPOJUCA  
CN: LV. A6 / FLS. 152 / N. 002701  
006978408-67

16 Delegado Distrital  
LUIZ T. 16 DE F. 0023



Documentos de identificação



**TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL** 10494508

**USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS**  
(Art. 13 da Lei nº 8.908/94)

**AB**

**REPUBLICA DE PARAGUAY**

**ASSINATURA DO PORTADOR**  
Maria Cinthia Grilo da Silva

**OBSERVAÇÃO**

**BARCODE**

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DA PARAIBA  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

**NOME**  
MARIA CINTHIA GRILLO DA SILVA

**FILIAÇÃO**  
JOSE EDUARDO DA SILVA  
KATIA DE LOURDES FERREIRA GRILLO

**NACIONALIDADE**  
SANTA RITA-PB

**DATA DE NASCIMENTO**  
07/07/1966

**RG**  
2911924 SSP/PB

**CPF**  
051.650.444-29

**DATA DE EMISSÃO**  
06/05/2012

**ASSINATURA DO PRESIDENTE**  
ODON BEZERRA CAVALCANTE SOBRINHO

**COMPREV**  
COMPREV SEGUROS E PREVIDENCIA S/A.

11 JAN. 2018

**PROTOCOLO**  
AO. JOÃO PESSOA





## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180034969 **Cidade:** João Pessoa **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO **Data do acidente:** 22/07/2017 **Seguradora:** CIA EXCELSIOR DE SEGUROS

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 25/01/2018

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** TRAUMA EM PUNHO DIREITO

**Resultados terapêuticos:** DEPENDE DE DOCUMENTAÇÃO MÉDICA

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:** Não definido

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:**

**Documentos complementares:**

**Observações:** APRESENTAR RELATÓRIO MÉDICO COM DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO REALIZADO E SEQUELAS EXISTENTES

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

### PRESTADOR

AMORIM E MATTOS SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS LT

**Nome do médico:** JOSE ARTUR FIALHO AMORIM

**CRM do médico:** 52.31474-2

**UF do CRM do médico:** RJ

**Assinatura do médico:**



[illegible]

## PROCURAÇÃO

OUTORGADO: Maria Cinthia Guilo da Silva  
NACIONALIDADE: Brasileira ESTADO CIVIL: Casada  
PROFISSAO: Advogada Nº DO RG: 17295  
ORGÃO EMISSOR: OAB/PB DATA DE EMISSÃO: 1/1/  
Nº CPF: 05169044429 ENDEREÇO: Rua Capitão Jore  
Pessoa, 602, Jaqueiribe

**PODERES:**  
Para requerer o Seguro DPVAT da vítima/beneficiário JOSE AUGUSTO BARBOSA  
DO NASCIMENTO, a que tem direito o outorgante, junto a qualquer Seguradora  
que pertence ao Consórcio DPVAT administrado pela Seguradora Líder, em razão de  
acidente de trânsito, podendo o referido (a) procurador (a) dar entrada no processo,  
em nome do mesmo, bem como, requerer, e retirar documentos em órgãos públicos,  
municipais, estaduais ou federais, ou órgãos privados, além de transigir, depositar,  
solicitar informações, tendo também poderes específicos para assinar autorização de  
pagamento e aviso de sinistro, em nome da vítima ou beneficiário do Seguro DPVAT.

20 NOV. 2017

**OBS: Reconhecimento a firma da assinatura, por autenticidade, autêntica ou verdadeira.**



**507670**  
 SEDRINO NOTATALE E REGISTRABILE  
 Bolo; Manti Angela Soudo Carrillo ..  
 Take 10

**OFÍCIO DE NOTAS**  
**2º TABELADO DE PROJETOS**  
**PRACA 1817, Nº 43 - CUNHA -**  
**CEP: 52.530-010 JOÃO PESSOA - PB**  
**FONE: 183/3347-3040 - FAX: 183/3347-3377**

Reconheço, como autêntica e verdadeira, a(s) Firma(s) de:  
JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO  
Em test.d. verdade. João Pessoa-PB-20/11/2017 11:39:48  
Dario dos Santos Lima - Escritor  
[2017-032776]JENL-R\$ 49,23 FAREN-R\$ 0,27 FEP3-R\$ 1,85 JENL-R\$ 0,46  
SELO DIGITAL: AFZ21989-AMUR  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjb.pb.br>





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

**Time Budgets**

Sociedade anônima

### Boite à Environnement

Normal

### MS An Denturist

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

### Último Argumento

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Soluto(s): 102595004

Hash: ECC52023-0730-4232-8033-7CC99430A9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



## REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

## Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFAD85ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



**JUCEFUTIA**  
an online digital library



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 24/09/2019 16:03:26

<http://pie.tipb.ius.br:80/pie/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19092416032567300000023910979>

Número do documento: 19092416032567300000023910979

Num. 24703776 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA8220CFDE4B56AFAD5ECP8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13





Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*[Assinaturas manuscritas]*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.	
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo. Pag. 8/13	





SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

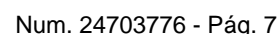
Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB6  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13









4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

12/1

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembléia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembléia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





convocada.



4996510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018





4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.

12/4



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016






## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-Df, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º Ofício de Notas DA CAPITAL</b>	<b>Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira</b>	<b>ADB2B69D</b>
<b>Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)</b>	<b>Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000</b>	<b>088674</b>
<b>Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.</b>	<b>Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS</b>	<b>CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ</b>
<b>Em testemunho da verdade.</b>	<b>Total</b>	<b>Paula Cristina A. D. Gaspar</b>
<b>Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.</b>		<b>3.9% Escrevente</b>
<b>ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01</b>		<b>10796.48062 série 09077 ME</b>
<b>https://www3.tirri.jus.br/sitepublico</b>		<b>Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94</b>





**SUBSTABELECIMENTO**

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Lider DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807



## CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

JOÃO PESSOA

10 de outubro de 2019

CLEOPATRA CAMPOS MEDEIROS



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE**

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

À:  
**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**  
**Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO**  
**RIO DE JANEIRO - RJ**  
**CEP: 20031-203**

**0823195-71.2018.8.15.2001 [ACIDENTE DE TRÂNSITO]**

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

28 AGO 2019

BURSA DE DESTINO

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA EMAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

8055.355-1

JOSE CARLOS X. OLIVEIRA

28 AGO 2019

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm



Assinado eletronicamente por: CLEOPATRA CAMPOS MEDEIROS - 10/10/2019 17:37:54

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101017375436900000024385259>

Número do documento: 19101017375436900000024385259





AVISO DE  
RECEBIMENTO

AR

( CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO )

JU 36795829 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
JUÍZO DA 8ª VARA CÍVEL DA CAPITAL  
FÓRUM DES. MÁRIO MUACYR PORTO  
AV. JOÃO MACHADO, S/N, 4º ANDAR - JAGUARIBE  
CEP 58.013-520 - JOÃO PESSOA-PB

--	--	--	--	--	--	--	--

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR



EXCELENTÍSSIMO (A) JUÍZ (A) DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL.

JUSTIÇA GRATUITA

JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO, devidamente singularizado nos autos da *Ação de Cobrança*, movida em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS SA, por seus advogados e procuradores, adiante assinados, vêm, com a devida vênia, perante Vossa Excelência, apresentar **IMPUGNAÇÃO A CONTESTAÇÃO**, o que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante elencados na inicial e em consonância com o que determina a lei e a jurisprudência pacificada nos tribunais pátrios, tornando-se desnecessário adentrar ao tema com maior profundidade, eis que, sobejamente demonstrada a sua fundamentação, e, por isso mesmo, não assiste, *data vênia*, nenhuma razão ao inconformismo do promovido, conforme demonstrado na fundamentação da peça vestibular.

Como resta claro, o Juiz indicará perito de sua confiança para realização da perícia médica, às expensas da citada seguradora, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, para que possa auferir o grau de debilidade do autor.

Diante do exposto, requer a intimação da seguradora para depositar em juízo o valor do exame pericial, para produção de prova pericial, e deverá a mesma ser produzida por **médico especialista**, PERITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, conforme preconiza a resolução 003/2013. Espera ainda o Autor, que seja a presente ação julgada totalmente procedente, condenando o promovido aos honorários de sucumbência na razão de 20% do valor da condenação, tudo por ser de inteira e lidima justiça

Nestes termos, Espera deferimento.



João Pessoa- PB, 22 DE OUTUBRO DE 2019.

**MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA**

**OAB/PB 17295**



Documentos em anexo





### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 152.629; **ISABEL TEIXEIRA DAS CHAGAS**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 158.953; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 140.522; **NOÊMIA FRAGA TEIXEIRA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 95.365; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, Casada, OAB/RJ 185.681; **ROBERTO MARTINS COSTA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 176.073; **RODRIGO ALBERTO DE ALMEIDA**, brasileiro, Solteiro, OAB/RJ 165.647; **TAISA NERY SILVA**, brasileira, Solteira, OAB/RJ 171.173; **TIAGO CARNEIRO LEÃO D'OLIVEIRA**, brasileiro, Casado, OAB/RJ 130.946; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: +55 (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar

*Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Lider DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro*



todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016

**MARCELO DAVOLI LOPES**

**CLAUDIO MENDES LADEIRA**

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

CEB674  
ACS67751

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e CLAUDIO MENDES LADEIRA (XXXXXX-00068)  
Rio de Janeiro, 25 de maio de 2016. Conf. por: Serventia TJ+FUNDS  
Em testemunho da verdade. Total

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.  
EBOS-10754 TZA EBOS-10755 NCM  
Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

17º Ofício de Notas RJ  
Bruno Rodrigo Belem Gaspar  
Escrevente Autorizado

17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Tabelião: Carlos Alberto Firmino Oliveira  
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-9800

CEB674  
ACS13502

CARTÓRIO DO 17º  
OFÍCIO DE NOTAS

Paula Cristina A.D. Gaspar  
Escrevente

CNPJ nº 09.248.608/0001-04  
Mat. nº 17.698-8

Certifico e dou fé que a presente original que foi apresentado. Cód: XXXXXXX-00068  
Rio de Janeiro, 16 de junho de 2016.  
PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT  
EBPO-46357 NMF Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

copiada a reprodução  
Serventia TJ+FUNDS  
Total

fiel do  
3.00  
1.81  
6.90



Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro





Seguradora Líder · DPVAT

OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800  
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ  
MÁRCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AB)  
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:  
Em testemunho da verdade. Serventia = 8,40  
36% I.P.FUNDOS = 3,00  
Total = 11,40

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.  
EAGM-29273 BNL, EAGM-29274 GLP  
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 1º  
Bruno Rodrigo  
Belem Gaspar  
Escrevente  
CADPRO nº 04.04781  
At 2013.1.1a.83354  
OFÍCIO DE NOTAS - F



17º Ofício de Notas  
DA CAPITAL

Paula Cristina A.D. Gaspar  
Escritura  
CNPJ nº 0801.164.0001-16  
At 2013.1.1a.83354

17º Ofício de Notas  
Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800

088674  
ACS13501

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X000003CFAF6. Conf. por:  
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2016. Serventia = 5,09  
TJ+FUNDOS = 1,81  
Total = 6,90

PAULA CRISTINA A.D. GASPAR-AUT  
EBPO-46356 ZRN Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>





**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS**  
**EM SEGURO CONTRA O RISCO**

CNPJ nº: 09.246.800/00-01 - NIRE 33.3002847-8  
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015, Data, Hora e Local: Aos 19 (dezanove) dias do mês de maio de 2015, às 16h, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Convidados: Os membros do Conselho de Administração foram convidados para comparecerem à reunião por meio de carta convite com o seguinte teor: “**Precisa-se:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Teixeira Santos, Bernardo Dickmann, Celso Damadi, Játys de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possede, Jorge de Souza Andrade, Antônio Carlos de Azevedo Novais, do Albuquerque Cavalcanti e Ricardo José Iglesias Teófilo – Conselheiros; Ausentes os Conselheiros Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo conselheiro titular, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia. Mesa de Trabalho: Prof. Dr. André Laís Faoro – Secretário Jurídico Comercial do Conselho de Administração do Dia; (I) Ratificação da Eleição de André Laís Faoro, Diretor do Dia; (II) Ratificação da Eleição de Celso Damadi, Diretor Executivo da Companhia realizada na Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015; (III) Ratificação da Designação dos diretores responsáveis perante a SUSEP realizada na Reunião do Conselho de Administração do dia 25 de março de 2015; e (iv) Acórdãos em matéria de prestação de contas.”

Deliberação: Por unanimidade, ratificar a eleição de Carlos André Guerra-Barreiros, brasileiro, casado, secular, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSPSP, inscrito no CPF nº 03.091.867.91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no cargo de diretor específico da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo diretor José Márcio Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo de diretor e a função de diretor responsável pelas relações com a comunidade e o meio ambiente, bem como as atividades inerentes quando da homologação junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito está mandado de 1 (um) ano, que será termô em 25 de março de 2016, permanecendo o atual mandato até o término do mandato anterior. O Diretor eleito declara que não está incorso em nenhum crime que lhe impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não está instaurado, para tanto, nos termos da Lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções CVM nº 358/2005 e Resolução SECOP nº 10/2005.

CNPJ - A remuneração dos membros da Direção Executiva é determinada por um limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015. (II) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, ratificar as designações dos diretores responsáveis perante a Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Catão da Silva, Diretor Administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton, diretor responsável pelas relações com a SUSEP até a posse do diretor Carlos André Guerra-Barreiros, Diretor responsável pelas relações com a comunidade e o meio ambiente; (c) Marcelo Lopes Devick, diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/2012) e diretor responsável pelos controles internos; (d) Claudio Mendes Ladeira, diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03); e (e) Roberto de Faria Lima, Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações de Resolução CNPJ nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou transferências de riscos, decorrentes das operações de seguros, tendo sido ratificadas as decisões da última Assembleia Geral Ordinária da Companhia, na forma de regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para este resultado. Assim, os Conselheiros presentes ou representados, por si, seus representantes, até o terceiro grau, bem como administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia, e (III) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos pessoais, nem houve qualquer discussão sobre assuntos relativos ao negócio da empresa e seu tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (Ass.) Luiz Tavares Pereira Filho – Presidente do Conselho de Administração; (Ass.) Rosana Teixeira Santos – Conselheira; (Ass.) Bernardo Dickmann – Conselheiro; (Ass.) Celso Damadi – Conselheiro; (Ass.) Játys de Mendonça Alexandre – Conselheiro; (Ass.) João Gilberto Possede – Conselheiro; (Ass.) Jorge de Souza Andrade – Conselheiro; (Ass.) Marcelo Goldman – Conselheiro; (Ass.) Antônio Carlos de Azevedo Novais – Conselheiro; (Ass.) Ricardo José Iglesias Teófilo – Conselheiro. Rio de Janeiro, 19 de maio de 2015. André Laís Faoro – Secretário Jurídico Comercial do Conselho de Administração do Dia – NIRE nº 33.3002847-8 – Protocolo: 00-201918646-3 – 12/06/2015. Certificado o Deferimento em 22/06/2015 e publicação em 23/06/2015. Nº 0002777323. Bernardo S. Benavente – Secretário Legal.

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS**

DO SEGURO DPVAT S.A.  
CNPJ/INFRA Nº 09.248.0060001-04 - NIRE 33.00267439  
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 25 DE DEZEMBRO DE 2015  
Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 15:30h, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por e-mail eletrônico enviado em 19 de março de 2015, para a realização da reunião ordinária do Conselho de Administração, tendo comparecido os seguintes membros: Presidente, Pereira Filho, Bernardo Diackmann, Celso Damad, Jéssica de Mandonça Alexan- dre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Gomes, Mucio Novais de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Rosana Tachima Salsano e Wadely José Mourão Cury Pre- tor. Por força de presença do respectivo poder-habituário, autoriza o pre-

[illegible]

## BRF MOREFINO DE LUBRIFICANTES S.A

CNPJ/MF nº 31.912.675/0001-59 - NIRE nº 333.0029771-5

**Asssembleia Geral Ordinária** (Lavrada sob o número do sumário, conforme facultado pelo art. 130 § 1º da Lei nº 6.404/67), **Dia, Hora e Local:** 14/04/2015, às 14h00, no Auditório de Caxias, RJ, Mesa Diretora: **Presidente:** Diogo Valle Bueno, **Secretário:** Diogo Valle Bueno, **Relatório:** Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social da Cia, conforme assinaatura aposta no Livro de Presença da Assembleia Convocação: Dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas, conforme dispõe o art. 124, III da Lei nº 6.404/67. **Ordem do Dia:** 1) Deliberação sobre o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/14; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos; c) Deliberar sobre a remuneração global anual dos administradores da BRF Borefino de Lubrificantes S.A.; 3) Deliberar sobre a distribuição de dividendos aprovados por unanimidade de votos; a) Aproveitamento do Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras auditadas referentes ao exercício encerrado em 31/12/14, nos termos do parecer emitido pela auditoria independente Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S.A., atestando-se de veracidade os legalmente impedidos conforme o art.134 § 1º da Lei nº 6.404/67; b) Aproveitamento do Relatório de dividendos considerando que a BRF Borefino de Lubrificantes S.A. não possui dividendos a pagar no exercício de 2014; c) Aproveitamento a fixação da remuneração global e anual dos administradores para o exercício de 2015 em até R\$118.135,00 a vigorar a partir de 01/04/15 até o mês de realização da próxima Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração decidir sobre o critério, a ser adotado, para a distribuição de dividendos; 4) Aproveitamento da Cia. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e, como ninguém se manifestou, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata, a qual se encontra arquivada no Livro de Atas, sob o nº 13, e se lê e teor a forma. Certifico que a presente é cópia fiel e verdadeira do original. Caxias, 14 de Abril de 2015.

Diogo Valle Bueno, **Presidente**  
Diogo Valle Bueno, **Secretário**  
Acionistas: Petróbras Distribuidora S.A., Pedro Aurelio Cardoso Sampião, RRF Participações e Administração de Empresas S.A., 70732378, em Poderes Casanova, Benedito de Jesus, 70732378, em Poderes, 12/04/2015, Bernardo F.S. Benveniste - **Secretário Geral**

**GOMES DE SOUZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A**

**CNPJ/MF:** 01.911.58-0001-48 NIRE: 33300265002

Ato de AGO realizado em, lavrada no livro social: 1. Data, Hora e Local: Aos 24/04/15, às 11hs na sede da empresa na Rua Dirceu de Mattos, 8 parte, Higienópolis/RJ. 2. Convocação: Formulada de acordo com o Estatuto Social. 3. Assunto: Eleição do Conselho de Administração da Sociedade 3. Qvorum: Dispensada a publicação de editais de convocação, conforme o disposto no art. 124, §4º da Lei 6.404/76, em decorrência de estarem presentes os representantes da totalidade do capital social. Conforme Livro de Presença de Acionistas 4. Mensagem para divulgação: Não houve necessidade de divulgação prévia dos atos nos meios de comunicação. 5. Assinatura: Srta. Patrícia Benvides de Souza Magalhães Arnaud. 5. Ordem do Dia: (I) Aprovar o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras relativas ao exercício final em 31/12/14; (II) Deliberar sobre a destinação dos lucros líquidos do exercício anterior; (III) Eleger o Conselho de Administração sobre a proposta dos honorários da Diretoria no valor de R\$ 30.000,00 anuais; (IV) Eleição da Diretoria e (V) Assuntos Gerais. 6. Deliberações: Tomadas por unanimidade dos acionistas representando a totalidade do Capital Social: (I) Aprovados o relatório e as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas referentes ao exercício social encerrado em 31/12/14; (II) Aprovada a proposta de Diretoria quanto à destinação do Lucro Líquido do exercício no valor de R\$ 148.658,53; (III) Aprovada a distribuição da seguinte forma: 33,33% para o pagamento das parcelas da Reserva Legal, 1/3 do saldo restante (R\$ 78.375,35) para a reserva de expansão.

vendedores. (ii) Aprovados os honorários da Diretoria, no valor de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos aos membros da Diretoria, conforme acordo entre os membros da Diretoria para o ano de 2011, ficando o AGO em 11º quadrimestre do ano de 2011, ficando ciente o Conselho. (iii) Aproveitamento do bem imóvel pertencente a Jorge Gomes de Souza, brasileiro, casado pelo regime de bens: comunhão parcial, advogado, empresário, RG 45.722, OAB/RS nº 10.048, CPF 098.478.474-03, residente e domiciliado na Av. Princesa D. Leopoldina, 1600/1011, Barra da Tijuca/RJ, Diretora S. Beneditina, Sr. Beneditos de Souza, brasileira, casada pelo regime de bens: comunhão parcial, advogada, empresária, RG 2.602.508/1EP, CPF 0118711-1, residente e domiciliada na Rua Duclide D'Carvalho, 1600/1101, Barra da Tijuca/RJ, e Diretora S. Beneditina, Sr. Beneditos de Souza, brasileiro, casado pelo regime de bens: comunhão parcial, advogado, empresário e economista, RG 017.570/81-1, OAB/RS nº 937.168.507-2, residente e domiciliado na Av. das Acácias da Paróquia, 540/404, Barra da Tijuca/RJ. (iv) Assuntos Gerais. Nenhum assunto relevante foi objeto de discussão. (v) Encargos. Apreciação e Encargamento. Nada mais havendo à tratar, o Conselho encerra a sessão, para as deliberações tomadas, o Conselho não foi ouvido por não se encontrar instalado e encerra a sessão, ficando o Conselho em 11º quadrimestre do ano de 2011, aprovado o presente relatório, assinado pelos membros da mesa e pelos acusados representados pela totalidade do Capital Social. SRJ 24/04/15 JUIZ (os) Gomes de Souza - Presidente da Assembleia. Patrícia Beneditina de Souza Magalhães - Presidente da Diretoria. 27696955 de 03/02/2015, Bernart do S.F. Benavente, Advogado, Grial

## DINÂMICA ENERGIA S.A.

CNPJ/MF 07.659.538/0001-51 - NIRE - 313.0037898-0  
ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2015. 1. Data, hora e local da Reunião às 10h30 horas no dia 22 de junho de 2015, no local da Companhia na Av. Presidente Vargas, 463 - 13º andar - Centro - Rio de Janeiro. 2. Diretores presentes: Totalidade dos Diretores em exercício. 3. Objetivo da Reunião a) Deliberar sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais), aprovado pela ATA da Reunião do Conselho de Administração de 14/06/2015, sobre pagamento de dividendos no valor de R\$ 245.846,74 (duzentos e quarenta e seis mil oitocentos e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos), aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2015; b) Deliberar sobre pagamento do saldo de retenção de lucros apurado no exercício de 2014 no valor de R\$ 162.540,23 (cento e sessenta e dois mil quinhentos e quarenta reais e vinte e quatro centavos), aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2015. 4. Deliberação: Aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio, obedecendo aos preceitos das leis 924/93 e 9430/96, das leis 6404/76 e a dita deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 14/06/2015. 5. Prazo de pagamento: 207 de 22 de dezembro de 1996 e de dividendos - UO total a ser pago - R\$ 998.386,97 (quinhentos e noventa e oito mil trezentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos) e de juros sobre capital próprio - R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) a razão de R\$ 0,0017937192 por ação em circulação e o ano em reais a razão de R\$ 0,008.386,97 (quinhentos e noventa e oito mil trezentos e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos) a razão de R\$ 0,00122316363 por ação de juros sobre capital próprio. 6. Razão de pagamento: 07/07/2015, em contas específicas dos acionistas. Haverá retenção do Imposto de Renda na Fonte sobre o valor nominal de acionista e a legislação vigente. 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, no ato da reunião, lavrada a Ata que foi assinada por todos os diretores. 7. Assinatura: A. Presidente: Ailton Pinto Siqueira - Diretor: MA- NUEL FRANCISCO DANTAS VILAS BOAS - Diretor: JUNTA CO- MERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Certificado que o pre- sente foi arquivado sob o nº 2779853 e data de 26/06/2015. Bernardo F. S. Benvenga - Secretário Geral. 15.353.30

**Nautilus S/A - Empreendimentos e Participações**

CNPJ/GF nº: 01.544.7960001-08 - NIRE: 3330025193-1  
Ata do AGO, lavrada na forma de sumário. 1. Data, Hora e Local: Os 24/04/15, às 10hs na sede da empresa na Rua Parker de Mello, nº 105, bairro São José, município de Curitiba, Estado do Paraná.  
2. Assessoria Jurídica: A presente Ata foi elaborada pelo advogado pessoalmente, a todos os acionistas, pelo Diretor Presidente da Sociedade. 3. Quorum: Acionistas representando a totalidade do Capital Social, consoante assinaturas apostas no livro próprio. 4. Mesa: Para dirigir os trabalhos foram escolhidos: Presidente, o Sr. Paulo Cesar Gomes de Souza; Secretário, o Sr. Paulo Cesar Gomes de Souza e o Sr. Luiz Carlos da Silva; e o Sr. Paulo Cesar Gomes de Souza como o Dia. 5. (a) Aprovar o relatório e as contas dos administradores, o balanço geral e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/14; (ii) Deliberar sobre a proposta do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) Deliberar sobre a proposta dos honorários da Diretoria no valor total de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos entre os membros da Diretoria; (iv) Deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/14; (v) Aproveitar a proposta da Diretoria quanto à destinação do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 1.018.038,36, que será rateado proporcionalmente entre os acionistas, sendo que a parcela destinada à Reserva Legal e a (vi) O saldo restante de R\$ 1.416.456,66 para a distribuição de dividendos. Aprovados os honorários da Diretoria para o ano de 2015 no valor de R\$ 30.000,00 anuais, a serem distribuídos entre os membros da Diretoria, em comum acordo entre os membros da Assembleia, tendo sido aprovada a proposta de distribuição de discussão na presente assembleia. 7. Encerramento: O Presidente da Assembleia, verificando em seguida que foram abordados todos os itens da ordem do dia, e constatando que nada mais havia a tratar, encerrouque, para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal, assim como não se encontrando impedido e encerrou os trabalhos dando-se a presente ata, lida e depois de três (3) minutos assistidos pelos membros de mesa e pelos acionistas representantes da totalidade do Capital Social. RJ, 24/04/15 Paulo Cesar Gomes de Souza, Diretor Presidente da Assembleia, Fausto de Castro Souza - Secretário Judicial e Luiz Carlos da Silva 263242 em 20/05/2015 Bernardo F.S. Bawringuer - Secretário Geral.

**Imprensa Oficial RJ**

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Biblioteca de Assembleia Legislativa**

**Haroldo Zager Faria Tinoco**  
Diretor Técnico

**Valeria Maria Couto Meira Salgado**  
Diretora Administrativa

**Walter Freitas Netto**  
Diretor Financeiro

**Jorge Narciso Pires**  
Diretor Industrial

**DIÁRIO OFICIAL PARTE V - PUBLICAÇÕES**

**ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL**

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 194,93 (+)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 194,00 (+)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 27,50

(\*) SEMPRE EM FAVOR DE MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI

OBS: As assinaturas com desconto somente se aplicam para o funcionalismo público (Federal, Estadual e Municipal) e para os **pequenos produtores rurais** e **pequenos agricultores familiares** e **pequenos produtores** se enquadrados nos critérios estabelecidos em legislação específica.

**ATENÇÃO: É vedada a duplicação de pedidos pelas assinaturas do D.O.**

**IMPRESSÃO DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Princesa Isabel, Carminho nº 2, Centro - Niterói, RJ. CEP 24.030-230. Tel: (0xx21) 2717-4348 - 4349 - 4351. Fax (0xx21) 2717-4348**

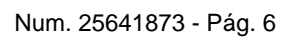
**www.imprensaoficial.rj.gov.br**

**RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES** deverão ser enviadas pelo e-mail: [reclamacao@imprensaoficial.rj.gov.br](mailto:reclamacao@imprensaoficial.rj.gov.br) ou pessoalmente nas Agências Rio ou Niterói.

**RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES** de matérias deverão ser encaminhadas à **Assessoria para Preparo e Publicação dos Atos Oficiais** - R. Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara Casa Civil), Garagem, Rio de Janeiro - RJ. Brasil - CEP 22.371-901 - Tel: (0xx21) 2742 e 2334-3244.

**RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES** de matérias deverão ser encaminhadas à **Assessoria para Preparo e Publicação dos Atos Oficiais** - R. Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara Casa Civil), Garagem, Rio de Janeiro - RJ. Brasil - CEP 22.371-901 - Tel: (0xx21) 2742 e 2334-3244.

**RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES** de matérias deverão ser encaminhadas à **Assessoria para Preparo e Publicação dos Atos Oficiais** - R. Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara Casa Civil), Garagem, Rio de Janeiro - RJ. Brasil - CEP 22.371-901 - Tel: (0xx21) 2742 e 2334-3244.



ATAS, CERTIDÕES E  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Associações, Sociedades e Firms

**ATLAS ALUMÍNIO S.A.**  
CNPJ/MF: 12.336.018/0001-48 - NIRE: 33.3.0029453.8  
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de junho de 2015. 1. Data, hora e local: Aos 19 de junho de 2015, às 10:00 horas na sede da Atlas Alumínio S.A. ("Companhia"), localizada no Estado e na Cidade do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo nº 228, sala 701, CEP 22250-145. 2. Convocação: Dispensada e convocação 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), em função da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. 3. Presença: Presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de Presença de Acionistas. 4. Mesa: Presidente: Hans Joachim Kock. Secretária: Waldira Mossetta. 5. Publicações: Os resultados financeiros da Companhia foram publicados nos seguintes jornais: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Diário Comercial no dia 28 de maio de 2015. 6. Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e deliberar sobre o Relatório Anual e das demonstrações financeiras, re deliberação sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio e a distribuição de dividendos referente ao exercício financeiro de 31/12/2014; e (ii) Examinar, discutir e deliberar sobre a aprovação da 31/12/2014; e (iii) Examinar, discutir e deliberar sobre a aprovação da remuneração dos administradores da Companhia. 7. Deliberações: Depois de examinada e discutida a matéria da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, 7.1. O Relatório Anual e as demonstrações financeiras referentes ao exercício financeiro encerrado em 31/12/2014. Uma vez aprovadas as contas e o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2014, no valor bruto de R\$ 67.195.103,72 (sessenta e sete milhões, cento e noventa e cinco mil, cento e três reais e setenta e dois centavos), dos quais R\$ 10.079.265,56 (dez milhões, setenta e dois mil, duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) serão pagos da Imposição de Renda (IRRF), os quais totalizam o montante líquido de impostos de R\$ 57.115.838,16 (cinquenta e sete milhões, cento e quinze mil, oitocentos e trinta e oito reais e dezesseis centavos), no valor de R\$ 169.536.168,59 (cento e sessenta e nove milhões, quinhentos e trinta e seis mil, cento e sessenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), será efetuada da seguinte maneira: (a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido, ou seja, R\$ 2.855.792,58 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, cento e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), será pago a título de dividendo adicional. Os dividendos serão pagos até o dia 31 de dezembro de 2015. 7.2. Conforme Instrumento de Usufruto anexo, a acionista Hydro Aluminium Brasil Investment B.V. instituiu em usufruto seus direitos patrimoniais e financeiros decorrentes de suas ações na Companhia para a acionista

## SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações  
Associações, Sociedades e Firms.

## Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firms  
Condomínios  
Leilões Extrajudiciais  
Órgãos de Representação Profissional

Hydro Albras B.V. Pontão, a distribuição dos dividendos e juros sobre capital próprio definidos no item 7.1 acima serão pagos integralmente a acionista Hydro Albras B.V. 7.3 Remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2015 no montante de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), incluídas as remunerações de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) individualizadas pelo Conselho de Administração da Companhia. 7.4 Autorizar a lavratura da Ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária na forma sumária, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. 8. Encerramento: Como nada mais havia a ser tratado, o Presidente da Assembleia declarou a presente Ata a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes. Confere com o original lavrado em livro próprio do Rio de Janeiro, 19 de junho de 2015. Hans Joachim Kock. Presidente. Waldira Mossetta. Secretária. CER. TIDAO. Jucera registra nº 00002775341 em 25/06/2015. Bernardo F. S. Berwanger. Secretário-Geral. Id. 1853430

## SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS

## DO SEGURO DPVAT S.A.

CNPJ/MF nº 09.248.606/0001-04 - NIRE 33.3.0028479-6  
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2015. Data, Hora e Local: Aos 19 (dezenove) dias do mês de maio de 2015, às 16:30h na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 12 de maio de 2015. Presença: Presentes os senhores Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Tereza Salsano, Bernardo Diekmann, Celso Damatti, Jairo de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Goldman, Mucio Novais de Albuquerque Cavalcanti e Ricardo José Iglesias Invernizzi. Presentes ainda os senhores suplentes Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo conselheiro titular, atenderam à reunião. 1. O Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, ratificar a eleição dos atuais membros do Conselho de Administração, ratificando a eleição dos atuais membros do Conselho de Administração. 2. (1) Luiz Pereira da Silva, brasileiro casado, contador, titular do documento de identidade nº 11.431.696, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.845.328-08, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, que exerce a função de coordenador do referido Conselho. (2) Renato Paulino de Carvalho Filho, brasileiro casado, advogado titular do documento de identidade nº 0081160514, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 344.726.577-91, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. (3) Marcos Acácio Ferreira, brasileiro casado, economista titular do documento de identidade nº 32738061-5, expedido pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 210.557.189-15, residente e domiciliado na cidade do Rio de Ja-

neiro, Estado do Rio de Janeiro, para novo mandato de 1 (um) ano, que terá termo em 25 de março de 2016, e (ii) Os membros do Conselho de Administração não deliberaram a título de assuntos gerais. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e arrolada corretamente, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Rosana Tereza Salsano - Conselheira Vice-Presidente; (ass.) Bernardo Diekmann - Conselheiro; (ass.) Celso Damatti - Conselheiro; (ass.) Jairo de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade - Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro; (ass.) Mucio Novais de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Ricardo José Iglesias Invernizzi - Conselheiro. Rio de Janeiro, 19 de maio de 2015. André Lael Faoro - Secretário. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - NIRE nº 33.3.0028479-6, Protocolo 00.2015/1982/1-1 de 19/06/2015. Certidão de Deliberação em 22/06/2015 e o Registro sob o nº 00002772240. Bernardo F. S. Berwanger. Secretário Geral. Id. 1853431

## N.S.O.S.P.E. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

## CNPJ/MF nº 12.634.131/0001-00 - NIRE 33.300.301.461

Ata da AGE. Data, Hora e Local: Aos 16/06/2015, às 15h, RJ/RJ, na Rua Sete de Setembro nº 55, sala 1804, Centro. Convocação: De acordo com os termos do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social da Cia. Presença: Presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Cia., conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. Mesa: Presidente Antônio Carlos Rodrigues e Secretária Evânia Cerqueira de Brito. Ordem do Dia: Examinar, discutir e deliberar acerca do aumento do capital social da Cia., mediante a subscrição de novas ações, e consequente alteração do art. 6º do Estatuto Social ("Deliberações Lançadas"). Após discutidas as matérias constantes das Deliberações Lançadas, os acionistas representando a totalidade do capital social da Cia. deliberaram, sem quaisquer restrições, o quanto segue: (i) aumentar o capital social, dos atuais R\$380.684.062,00, para R\$389.784.062,00, sendo esse aumento no montante de R\$9.100.000,00, com a correspondente emissão de 8.900.000 (oito milhões e noventa mil) ações, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação, nos termos do art. 170 da Lei das S.A. As ações emitidas são neste ato totalmente subscritas pela acionista CIMINPART - Investimentos e Participações SGPS S.A., nos termos do Boleim de Subscrição anexo (Anexo II) e mediante a expressão de concordância da outra acionista, que expressamente renuncia ao direito de preferência previsto no art. 171 da Lei das S.A. O capital ora subscrito é, neste ato, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, mediante a capitalização dos recursos remanejados da subscritora, em moeda corrente do país, dividido em 389.784.062 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado foi oferecida a palavra a quem dela quiser fazer uso, o que ninguém se manifestou, foram encerradas as deliberações e suspensa a assembleia pelo tempo necessário a lavratura desta Ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada correta, aprovada e por todos os presentes assinada. (Assinaturas) Antônio Carlos Rodrigues - Presidente, e Evânia Cerqueira de Brito - Secretária. Acionistas Presentes: SEMAPA - Sociedade de Investimentos e Gestão, SGPS S.A. CIMINPART - Investimentos e Participações SGPS S.A. RJ/RJ, 16/06/2015. Jucera nº 2780758 em 29/06/2015. Bernardo F. S. Berwanger - Sec. Geral. Id. 1853444

## F2C CONSULTORIA, ASSESSORIA E ANÁLISE DE INFORMÁTICA S/A

## CNPJ - 07.737.631/0001-37

## BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2014

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras, levantadas em 2014 e 2013, e as respectivas Demonstrações de Resultados do Exercício, do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, correspondentes aos exercícios fidei jure nasquelas datas. Expressamos os nossos agradecimentos a todos.

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31/12/2014 (Em Reais)				DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em Reais)			
	31/12/2014	31/12/2013		Capital Integralizado	Capital Aporte	Reserva Legal	Reserva de Lucros
<b>ATIVO</b>	<b>18.654.085</b>	<b>9.943.710</b>		4.629.200		177.799	4.806.999
<b>CIRCULANTE</b>	<b>19.120.850</b>	<b>9.278.538</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.919.669	2.473.991					
Clientes	14.615.911	6.419.581					
Impostos a Recuperar	1.604.030	142.929					
Ativo Fiscal Diferido IRPJ e CSLL	124.182	166.685					
Outros Ativos	252.058	76.352					
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>963.245</b>	<b>664.172</b>					
Imobilizado	557.009	655.597					
Imobilizado de uso	1.387.441	1.326.681					
Depreciação Acumulada	-830.432	-671.084					
Intangível	6.236	8.576					
Direito de Uso de Software	-5.457	-3.116					
Amortização Acumulada	-11.693	-11.693					
<b>PASSIVO</b>	<b>18.654.085</b>	<b>9.943.710</b>					
<b>CIRCULANTE</b>	<b>10.932.366</b>	<b>5.087.596</b>					
Fornecedores	3.907.221	40.604					
Emprestimos, Financiamentos e Encargos	2.191.288	30.244					
Impostos e Contribuições a Recolher	556.861	656.463					
Dividendos a Pagar	109.220	1.681.398					
Contas a Pagar	1.504.468	1.006.454					
Provisão de Férias	761.357	560.069					
Passivos Fiscais Diferido IRPJ e CSLL	1.436.623	275.203					
Provisão IRPJ e CSLL	285.328	177.015					
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>73.179</b>	<b>69.115</b>					
Emprestimos, Financiamentos e Encargos	73.179	69.115					
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>8.676.550</b>	<b>4.806.999</b>					
Capital Social	6.310.598	4.629.200					
Reserva Legal	292.768	177.799					
Reserva de Lucros	2.073.184						
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE (Em Reais)</b>				<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO (Em Reais)</b>			
	2014	2013					
Lucro do Exercício	2.299.373	3.555.973					
Total do Resultado Abrangente Líquido	2.299.373	3.555.973					
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO</b>				<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO</b>			
	31/12/2014	31/12/2013					
<b>EXERCÍCIO APURADO EM 31/12/2014 (Em Reais)</b>							
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	11.749.267	39.661.218					
Prestação de Serviços	10.941.931	307.382					
Venda de mercadorias	-4.348.485	-3.500.449					
(e) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	48.342.723	35.488.271					
Custos dos Serviços Prestados	-7.845.027	-7.992.069					
Custos das Mercadorias Vendidas	-7.022.587	-128.533					
Custos com Pessoal e Benefícios	-21.067.976	-19.366.417					
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>10.567.141</b>	<b>8.981.252</b>					
Despesas Administrativas	-1.877.708	-2.568.960					
Despesas com Pessoal e Benefícios	-4.470.152	-4.319.631					
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-4.319.631</b>	<b>-48.482</b>					
Despesas Financeiras	-148.875	-133.274					
Despesas Financeiras	-568.486	-84.792					
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>-717.361</b>	<b>-30.000</b>					
Ganho Alienação do Ativo	-	-					
<b>Resultado antes do IRPJ</b>	<b>1.977.996</b>	<b>5.224.649</b>					
Contribuição Social	-46.879	-46.879					
Contribuição Social Diferido	-318.612	-28.726					
<b>RESULTADO ANTES DO IRPJ</b>	<b>3.312.424</b>	<b>4.784.584</b>					
IRPJ	-127.826	-148.919					
IRPJ Diferido	-885.241	-79.792					
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.299.373</b>	<b>3.555.973</b>					
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>				<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>			
1. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76 e as Normas e princípios da Contabilidade gerencialmente aceitos.				1. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76 e as Normas e princípios da Contabilidade gerencialmente aceitos.			
2. Apuração de resultado. As despesas e receitas foram reconhecidas pelo regime de competência, independentemente de seu efetivo pagamento ou recebimento.				2. Apuração de resultado. As despesas e receitas foram reconhecidas pelo regime de competência, independentemente de seu efetivo pagamento ou recebimento.			
3. O Capital Social é de R\$ 6.310.598 dividido em 4.629.075 ações ON.				3. O Capital Social é de R\$ 6.310.598 dividido em 4.629.075 ações ON.			
<b>DIRETOR FINANCEIRO</b>				<b>DIRETOR FINANCEIRO</b>			
<b>JOSÉ RAMON DA SILVA MURADAS JUNIOR</b>				<b>JOSÉ RAMON DA SILVA MURADAS JUNIOR</b>			
<b>CONTADOR</b>				<b>CONTADOR</b>			
<b>JAIR BASTOS FILHO CRC-RJ 055791/O-4</b>				<b>JAIR BASTOS FILHO CRC-RJ 055791/O-4</b>			

17º Ofício de Notas  
BACAPITAL

Certifico e dou fé que a original que foi apresentado, Rio de Janeiro, 13 de Junho de 2016.

PAULA CRISTINA A.D. GASPAL

ERRO-46361 LIT Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitrepubblico>

026674  
A01505

Reprodução fiel do  
serventia  
tu+FLUWIS  
Total : 5,09  
: 1,81  
: 6,90





RUCHE S/A EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS  
CNPJ nº: 73.840.500/0001-61 - NIRE: 3330016134-1  
Rua da Ode, lavrada na forma de sumário: 1 Data, Hora e Local  
do 24/04/15 às 11:30h, na sede da empresa na Rua Daixe de Mo-  
se, 9, parte II, **PRÉDIO 11**, Torre 1, 11º andar, dire-  
tamente acessível a todos os cômodos, para a eleição de dire-  
tores e membros do Conselho de Administração, de acordo com a  
legislação 3. Quorum: Dispensada a publicação de editais de convocação  
e o quórum mínimo exigido em 12% e 6% da Lda 04/07/6 em di-  
versas partes e em nome dos signatários, a maioria dos  
Cardeais, e a maioria dos membros do Conselho de Administração  
Paralela, e a maioria dos membros do Conselho de Administração  
S. Gomes de Souza, e Secretário, e a maioria dos membros do

[illegible]

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS  
COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS - CEDAE  
CNPJ N° 33 352 394/0001-04  
JUCERJANIRE N° 33.3.000.8797-4

ATA DA 605ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA  
CEDAE  
(REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA)

104, 14 (quatorze) dias do mês de maio de 2015 (dois mil e quarente e quatro), no Gabinete do Secretário de Estado, o Sr. Renato Priates Rodrigues, atualizado para a situação da Rua Pinheiro Machado s/nº, Laranjeiras, Rio de Janeiro – RJ reunuiu-se extraordinariamente, o Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEAEAD, com a presença dos seguintes Membros: Leonardo da Cunha e Vice-Presidente Renato Priates Rodrigues, atualizado para a Rua Pinheiro Machado s/nº, Laranjeiras, Rio de Janeiro – RJ; Tostes Solon Fontes, Diretor de Operações, Icaro Moreno Junior e Paulo Caetano Salazarinha da Gama Roper Nogueira. Participaram da reunião os Senhores Tempos Lopes Vieira, *Controlador da CEADE*, e Senhora Cristiane Barreto de Souza Assessoras do Conselho de Administração e Fiscalização.

A sessão, os Conselheiros deliberaram sobre as seguintes assuntos:

**01) REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE AUDITORIA - RJ**

O Presidente do Conselho de Administração Senhor Jorge Luiz Ferreira Bredt, apresentou aos demais Conselheiros a proposta de alteração do Regimento Interno do Comitê de Auditoria de Audição estabelecido no Artigo 3º do Regimento Interno da Companhia, que passa a ter a seguinte redação:

"A Administração no âmbito de suas atribuições legais, conforme previsto no item 3.8, Parágrafo 1º, Alínea "a" do Regimento Interno da CEAEAD, ou no Artigo 17, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto Social da CEAEAD, resolve aprovar a referida alteração do Artigo 3º do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, que passa a ter a seguinte redação:

**Art. 3º - O prazo de gestão dos Membros do Comitê é de 05 (um) ano, podendo ser renovado, anualmente, até o limite de 05 (cinco) anos contados a partir de data de primeira nomeação, de acordo com a legislação para contratação das empresas de auditoria independente, pelo Conselho de Administração, em conformidade com a validade a partir desta data. [P2] PESSOAS - RJ - E-17/100.219/2015 - O Conselho de Administração, tendo em vista a Resolução de Diretoria de 07/05/2015, a exposição do Senhor Vice-Presidente e as informações constantes do referido processo administrativo nº 17/06/2015, aprovado pelo Conselho de Administração da CEAEAD e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, resolve aprovar a nomeação do Sr. RENATO PRIATES RODRIGUES para ocupar o cargo de SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SESEG, cuja função tem por objeto a "Ocupação pela Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESEG, para instalação na Sede do 22º Batalhão da Polícia Militar, com gratificação, com exclusividade dos móveis situados na Rua Capitão João Batista 211, Bairro São José, Município de Maricá, para exercer a função de titular da CDEAD, defernir a posse direta, para todos os efeitos de direito", pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da assinatura deste termo, podendo ser prorrogado por igual período, mediante decisão do Conselho de Administração.**

**(B) PROCESSO Nº. E-17/100.132/2015**

O Presidente do Conselho de Administração Senhor Jorge Luiz Ferreira Bredt, tendo em vista a Resolução de Diretoria de 07/05/2015, a exposição do Senhor Vice-Presidente e o disposto no Artigo 17, Alínea "a" do Estatuto Social da CEAEAD, resolve autorizar a Alteração do Regimento Interno, situado Rua Treze de Maio, 77 Campos dos Goytacazes - RJ, com o seguinte teor:

"O Conselho de Administração resolve aprovar a nomeação dos membros do Conselho de Administração, conforme documentos constantes do referido processo."

**(C) ALTERAÇÃO CONSTITUTIVA**

O Conselho de Administração resolve, após deferimento da Assembleia Geral dos Acionistas, aprovar a alteração do Regimento Interno da Companhia, aprovada pelos membros do Conselho de Administração, conforme segue:

**Art. 21 -** A Direção da Companhia terá a seguinte composição: I. Diretor Presidente - DP; II. Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade - DPE; III. Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores - DARFI; IV. Diretor de Engenharia - DT V. Diretor de Produção e Operação - DPO; VI. Diretor de Meio Ambiente e Qualidade - DMAQ; VII. Diretor de Distribuição e Comercialização - DMDC; VIII. Diretor de Gestão de Pessoas. Nesse mesmo sentido, o Conselho de Administração resolve aprovar, ad referendum da Assembleia Geral dos Acionistas, a inclusão do novo Art. 34, que passa a ter a seguinte redação:

**Art. 34 -** O Conselho de Administração tem como atribuições:

I - estabelecer a estrutura organizacional;

II - a criação, supervisão, coordenação, planejamento, estruturação e execução da política de gestão de pessoas e demais atividades correlatas;" Dessa forma, os artigos restantes do Regimento Interno da Companhia continuam válidos.

O Conselho Social deveu-se constituído, nos 09 (nove) DE DIRETOS, sendo assim, o Conselho Social ficou constituído por 09 (nove) Conselheiros Renato Priates Rodrigues apresenta aos demais Conselheiros Carta Renúncia dos cargos de Diretor Administrativo-Financeiro

e de Relações com Investidores e de Membro do Conselho de Administração da CEDAE por motivos de ordem profissional, agradecendo à entidade que lhe foi concedida o Senhor Presidente do Conselho de Administração Sr. Renato Prates Rodrigues e grande colaboração à administração desta Companhia; este voto é emitido pela unanimidade dos presentes.

(6) ELEIÇÃO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES - A NOMEAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO indica o Senhor Heitor Cabral Moreira para os cargos de Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores e de Membro do Conselho de Administração, visando sua atuação no âmbito do mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues O Conselho de Administração aprova a nomeação conforme estabelece a Alínea "c" do Artigo 7º c/c o Artigo 21º do Estatuto Social da CEDAE resolve eleger como Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores - DFI o Senhor Heitor Cabral Moreira brasileiro solteiro Engenheiro, portador da Carteira Nacional de Identificação nº 089.407-5 RJ, CPF nº 112.860.918-0 residente e domiciliado na Rua Alexander nº 273, Jardim Botânico da Tijuca Rio de Janeiro - RJ, para substituir e complementar o mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues, a partir das 05 horas em diante.

Pelo seguinte, o Conselho de Administração com base nas moções disponíveis no Livro nº 15 do Estado Social da Companhia resolve adotar "a referenda".

O Conselho de Administração aprova a nomeação do Senhor Heitor Cabral Moreira, como Membro deste Colegiado que será eleito na próxima Assembleia Geral Extraordinária para substituir e complementar o mandato de seu antecessor, Senhor Renato Prates Rodrigues.

(7) REMUNERAÇÃO - A remuneração do Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores do Conselho de Administração da CFDAF é estabelecida de acordo com o previsto nos Artigos 35 e 36 do Estatuto Social da CEDAE.

(8) NOMINAÇÃO DE AGE - dando prosseguimento, o Conselho de Administração aprova a nomeação do Sr. Renato Prates Rodrigues na Sede Social da Companhia, a partir, para o dia 15 de junho, às 16 horas, para exercer as funções atribuídas ao cargo de Assessoria Administrativa da CEDAE, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

"Em Assembleia Geral Extraordinária I Eleição do Membro do Conselho de Administração e fixação de sua remuneração II Aprovação do Alteração do Estatuto Social III Administração da Companhia IV Nomeação de Diretores V Autorização para emissão de ações necessárias para a divulgação e publicação do Edital de Convocatória VI Remuneração VII Encargos VIII Outras matérias".

(9) ASSUNTOS GERAIS / REGIMENTO INTERNO - O Conselho de Administração resolve aprovar que sejam realizados ajustes na Tabuada de Distribuição de Dividendos, bem como na estrutura organizacional da Cia. Eletrobras S.A., sendo aprovadas pelo AFCDP e as devidas alterações no Regimento Interno da CEDAE com validade a partir de 01/05/2015. É nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, mandando que se lave a presença dos senhores e assim provido, é assinada pelos Senhores Convidados e membros do Conselho de Administração designada para ratificar as Resoluções do Conselho de Administração.

Faz-se aqui uma pausa para o intervalo destinado para almoço. Retornamos às Reuniões do Conselho de Administração da Companhia Estadual de Águas e EsgotoS - CEDAE Rio de Janeiro, 14 de maio de 2015.

de 2015

- 1 Leonardo da Cunha e Silva Espindola Dias - Presidente
- 2 Jorge Luiz Ferreira Brand - Vice-Presidente
- 3 Renato Prates Rodrigues - Membro
- 4 Aristides Maria Ricci Corbellini - Membro
- 5 Rodrigo Tostes Sclon de Pontes - Membro
- 6 Icaro Moreno Junior - Membro
- 7 Paulo Cezar Saldanha da Gama Ripper Nogueira - Membro
- 8 Cristiane Batista de Souza - Secretária

O extrato deste Ata foi registrado na JUCERJIA sob o nº 00002769802  
na data 03/06/2015

Id: 185346

Quatro Por Quatro Empreendimentos e Participações

[illegible]

SEGURO LÍDER DOS CONSÓRCIOS

CNPQ/PM nº 09 248 60001-04 - NIRE 33.0026474-6  
**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015.** Data, Hora e Local: Assembleia Geral Ordinária da Companhia Saneamento de Jundiaí, Rua Social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro. Estado do Rio de Janeiro. Convocação: Os membros do Conselho de Administração foram convocados para a Assembleia Geral Ordinária em 25 de março de 2015. Presenças: Presenças os conselheiros Lúcio Mendes da Silva, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Jabo de Teófilo Alexandre, João Roberto Possiede Jorge de Souza Andrade, Marcelo Godoy, Roberto de Almeida, Roberto de Almeida, Ricardo José Iglecias, Tereza Rosa Teclima Salatano e Wady José de Oliveira. Ausente: Ausente ainda o conselheiro suplente Paulo de Oliveira Medeiros, que não compareceu à reunião. Presença do representante da força da presença do respectivo conselheiro titular, atendido à reunião.

[illegible]

EDIFÍCIO ODEBRECHT RJ S.A.  
CNPJ/ME nº 19.432.175/0001-40 - NIRE 3330031007-0

**Ata de Assembleia Geral Ordinária**  
Data: **horrário e local:** Em 17 de abril de 2015, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Cidade de Luau, nº 86, São Carlos, SP, CEP 05.051-050, sob a presidência de Carlos Guioveia Barreto, Presidente, e a presença de 10 (dez) membros da Diretoria da Companhia, inscritos no CPF/MF sob nº 130.510-14, da Lei nº 6.404/76. Publicações: A Companhia está dispensada de publicação do Edital de Convocação, na forma da Lei nº 124.544, da Lei nº 6.404/76. Publicações: A Companhia está dispensada de publicação do Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, de acordo com o disposto no art. 1.º, inciso II, da Lei nº 6.404/76. Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaaturas constantes no Livro de Presença de Ações, assinado por Carlos Guioveia Barreto, Presidente, Lauro Manoel Gadshil, Diretor, e o Sr. Paulo Cesar de Almeida, Diretor, e autorizada a lavratura da presente Ata, na forma de sumário do livro de Presença, assinado por Carlos Guioveia Barreto, Presidente, e o Sr. Paulo Cesar de Almeida, Diretor, inscritos no CPF/MF sob nº 130.510-14, da Lei nº 6.404/76. 2) Aprovado o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. 3) Aprovada a destinação, para o exercício de 2015, do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 37.334,00, para a distribuição de dividendos em três rates e dezessete centavos, para a conta de prejuízos acumulados. 4) Aprovada a relação das seguintes pessoas como membros da Diretoria da Companhia para um novo mandato de 2 (dois) anos, a partir de 17 de abril de 2015, até 17 de abril de 2017, a ser realizada em 2017. A) Presidente - Carlos Guioveia Barreto, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob nº 617.162.195-15, portadora da carteira de identidade RG nº 19.914.314-8, SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, SP, CEP 05.051-050, Rua Lemos Murilo, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05.051-050, como Diretor Presidente da Companhia. B) Armando Vinícius Flores Lacerda, brasileiro, casado, originário, inscrito no CPF/MF sob nº 222.303.645-75, portador da carteira de identidade RG nº 30.012.258-8, inscrito no CPF/MF sob nº 222.303.645-75, portador do Ror do Janeiro. Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 300, 8º andar, Botafogo, CEP 22.250-040, como Diretor sem designação específica da Companhia. C) Otávio de Azevedo da Silva, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 19.914.314-8, inscrito no CPF/MF sob nº 300.324.925-68, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Murilo, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05.051-050, como Diretor sem designação específica da Companhia. D) Paulo Cesar de Almeida, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 130.510-14, da Lei nº 6.404/76, como membro da Diretoria da Companhia, na eleição das seguintes pessoas para o exercício desta função, com término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017. D) Susan Barreto De Siqueira Campos, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 32.374.004-8, SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 32.374.004-8, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Murilo, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05.051-050, como Diretor sem designação específica da Companhia. E) Carlos Guioveia Barreto, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 617.162.195-15, portador da carteira de identidade RG nº 19.914.314-8, SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Murilo, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05.051-050, como Diretor Presidente da Companhia. F) Lauro Manoel Gadshil, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 130.510-14, da Lei nº 6.404/76, como Diretor sem designação específica da Companhia. G) Paulo Cesar de Almeida, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 130.510-14, da Lei nº 6.404/76, como Diretor sem designação específica da Companhia. H) Armando Vinícius Flores Lacerda, brasileiro, casado, originário, inscrito no CPF/MF sob nº 222.303.645-75, portador do Ror do Janeiro. Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 300, 8º andar, Botafogo, CEP 22.250-040, como Diretor sem designação específica da Companhia. I) Otávio de Azevedo da Silva, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 19.914.314-8, inscrito no CPF/MF sob nº 300.324.925-68, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Murilo, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05.051-050, como Diretor sem designação específica da Companhia. J) Paulo Cesar de Almeida, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 130.510-14, da Lei nº 6.404/76, como membro da Diretoria da Companhia, na eleição das seguintes pessoas para o exercício desta função, com término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017. D) Susan Barreto De Siqueira Campos, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 32.374.004-8, SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 32.374.004-8, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Murilo, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05.051-050, como Diretor sem designação específica da Companhia. E) Carlos Guioveia Barreto, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 617.162.195-15, portador da carteira de identidade RG nº 19.914.314-8, SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Murilo, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05.051-050, como Diretor Presidente da Companhia. F) Lauro Manoel Gadshil, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 130.510-14, da Lei nº 6.404/76, como Diretor sem designação específica da Companhia. G) Paulo Cesar de Almeida, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 130.510-14, da Lei nº 6.404/76, como Diretor sem designação específica da Companhia. H) Armando Vinícius Flores Lacerda, brasileiro, casado, originário, inscrito no CPF/MF sob nº 222.303.645-75, portador do Ror do Janeiro. Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 300, 8º andar, Botafogo, CEP 22.250-040, como Diretor sem designação específica da Companhia. I) Otávio de Azevedo da Silva, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 19.914.314-8, inscrito no CPF/MF sob nº 300.324.925-68, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Murilo, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05.051-050, como Diretor sem designação específica da Companhia. J) Paulo Cesar de Almeida, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 130.510-14, da Lei nº 6.404/76, como membro da Diretoria da Companhia, na eleição das seguintes pessoas para o exercício desta função, com término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017. D) Susan Barreto De Siqueira Campos, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 32.374.004-8, SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 32.374.004-8, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Murilo, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05.051-050, como Diretor sem designação específica da Companhia. E) Carlos Guioveia Barreto, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 617.162.195-15, portador da carteira de identidade RG nº 19.914.314-8, SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Murilo, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05.051-050, como Diretor Presidente da Companhia. F) Lauro Manoel Gadshil, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 130.510-14, da Lei nº 6.404/76, como Diretor sem designação específica da Companhia. G) Paulo Cesar de Almeida, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 130.510-14, da Lei nº 6.404/76, como Diretor sem designação específica da Companhia. H) Armando Vinícius Flores Lacerda, brasileiro, casado, originário, inscrito no CPF/MF sob nº 222.303.645-75, portador do Ror do Janeiro. Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 300, 8º andar, Botafogo, CEP 22.250-040, como Diretor sem designação específica da Companhia. I) Otávio de Azevedo da Silva, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 19.914.314-8, inscrito no CPF/MF sob nº 300.324.925-68, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Murilo, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05.051-050, como Diretor sem designação específica da Companhia. J) Paulo Cesar de Almeida, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 130.510-14, da Lei nº 6.404/76, como membro da Diretoria da Companhia, na eleição das seguintes pessoas para o exercício desta função, com término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017. D) Susan Barreto De Siqueira Campos, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 32.374.004-8, SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 32.374.004-8, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Murilo, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05.051-050, como Diretor sem designação específica da Companhia. E) Carlos Guioveia Barreto, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 617.162.195-15, portador da carteira de identidade RG nº 19.914.314-8, SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Murilo, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05.051-050, como Diretor Presidente da Companhia. F) Lauro Manoel Gadshil, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 130.510-14, da Lei nº 6.404/76, como Diretor sem designação específica da Companhia. G) Paulo Cesar de Almeida, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 130.510-14, da Lei nº 6.404/76, como Diretor sem designação específica da Companhia. H) Armando Vinícius Flores Lacerda, brasileiro, casado, originário, inscrito no CPF/MF sob nº 222.303.645-75, portador do Ror do Janeiro. Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 300, 8º andar, Botafogo, CEP 22.250-040, como Diretor sem designação específica da Companhia. I) Otávio de Azevedo da Silva, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da carteira de identidade RG nº 19.914.314-8, inscrito no CPF/MF sob nº 300.324.925-68, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Murilo, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05.051-050, como Diretor sem designação específica da Companhia. J) Paulo Cesar de Almeida, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 130.510-14, da Lei nº 6.404/76, como membro da Diretoria da Companhia, na eleição das seguintes pessoas para o exercício desta função, com término na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017. D) Susan Barreto De Siqueira Campos, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade RG nº 32.374.004-8, SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 32.374.004-8, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Murilo, nº 120, 14º andar, parte B, Butantã, São Paulo, SP, CEP 05.051-050, como Diretor sem designação específica da Companhia. E) Carlos Guioveia Barreto, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº 617.162.195-15, portador da carteira de identidade RG nº 19.914.314-8, SSP/BA, residente e



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

**DATA, HORA E LOCAL:** Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

**CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

**PRESENÇA:** Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosana Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

**MESA DE TRABALHO:** Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.


**ORDEM DO DIA:** (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Rerratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

**DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 3




**17º** **Ofício de**  
**DA CAPITAL**  
**ARTORIO DO 17º**  
**Albino Firmo Oliveira**  
 Rua do Carmo, 63 - Centro - 20090-000 - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 2107-8600  
 098674  
 ACS13505  
 Certificado e dou-  
 original que foi  
 Rio de Janeiro, 19 de Junho de 2006.  
 Total  
 3.07  
 1.81  
 6.90  
 PÁG. 001/01 0-16535-AK-ALT  
 ERP0-46360-DF-Consulte em <http://www3.tirj.jus.br/sisrepublico>





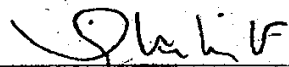
Diretores ora eleitos declaram que não estão incursos em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução no. 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Reratificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

**VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

**MESA DE TRABALHO:**



Luiz Tavares Pereira Filho  
Presidente





André Leal Faoro  
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 2 de 3

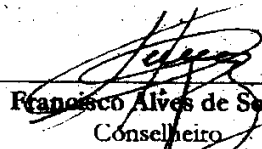


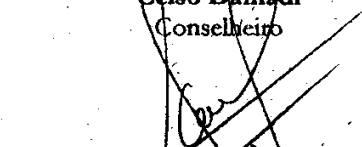


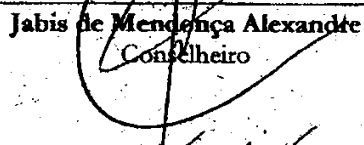
  
Rosana Techima Salsano  
Conselheira Vice-Presidente

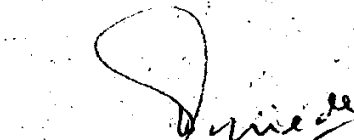
  
Bernardo Dieckmann  
Conselheiro

  
Celso Damadi  
Conselheiro


  
Francisco Alves de Souza  
Conselheiro

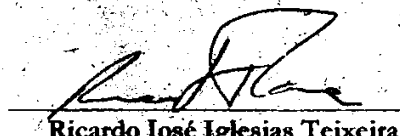
  
Hélio Hiroshi Kinoshita  
Conselheiro


  
Jabis de Mendonça Alexandre  
Conselheiro

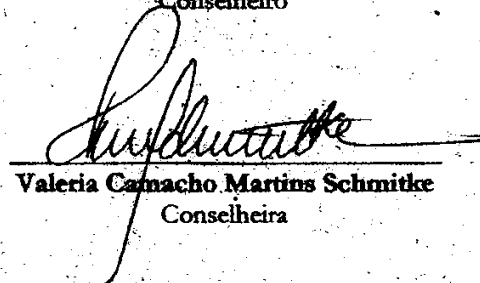
  
João Gilberto Possiede  
Conselheiro

  
Jorge de Souza Andrade  
Conselheiro

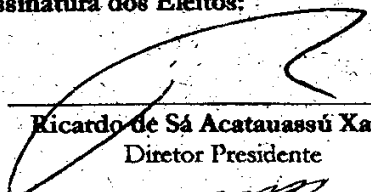
  
Múcio Novaes de Albuquerque  
Cavalcanti  
Conselheiro

  
Ricardo José Iglesias Teixeira  
Conselheiro

  
Roberto Barroso  
Conselheiro

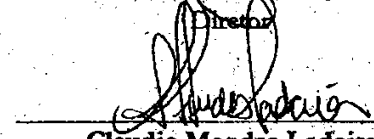
  
Valeria Camacho Martins Schmitke  
Conselheira

Assinatura dos Eleitos:

  
Ricardo de Sá Acatauassú Xavier  
Diretor Presidente

  
Carlos André Guerra Barreiros  
Diretor

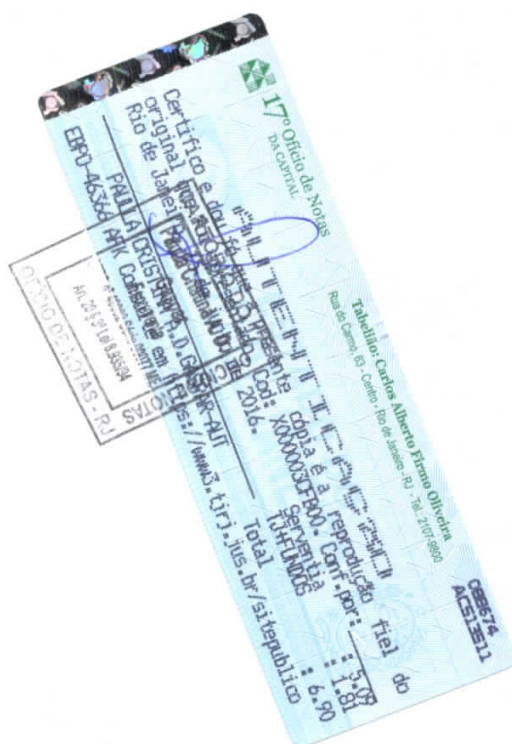
  
Marcelo Davoli Lopes  
Diretor

  
Claudio Mendes Ladeira  
Diretor

  
Marcus Vinicius Cataldo de Felipe  
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas  
Página 3 de 3



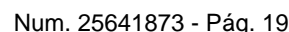








Títulos dos Consórcios do Seguro (DPVAT - S/A, L. 13.240/66, 2.º e 3.º, 4.º e 5.º, 6.º e 7.º, 8.º e 9.º, 10.º e 11.º, 12.º e 13.º, 14.º e 15.º, 16.º e 17.º, 18.º e 19.º, 20.º e 21.º, 22.º e 23.º, 24.º e 25.º, 26.º e 27.º, 28.º e 29.º, 30.º e 31.º, 32.º e 33.º, 34.º e 35.º, 36.º e 37.º, 38.º e 39.º, 40.º e 41.º, 42.º e 43.º, 44.º e 45.º, 46.º e 47.º, 48.º e 49.º, 50.º e 51.º, 52.º e 53.º, 54.º e 55.º, 56.º e 57.º, 58.º e 59.º, 60.º e 61.º, 62.º e 63.º, 64.º e 65.º, 66.º e 67.º, 68.º e 69.º, 70.º e 71.º, 72.º e 73.º, 74.º e 75.º, 76.º e 77.º, 78.º e 79.º, 80.º e 81.º, 82.º e 83.º, 84.º e 85.º, 86.º e 87.º, 88.º e 89.º, 90.º e 91.º, 92.º e 93.º, 94.º e 95.º, 96.º e 97.º, 98.º e 99.º, 100.º e 101.º, 102.º e 103.º, 104.º e 105.º, 106.º e 107.º, 108.º e 109.º, 110.º e 111.º, 112.º e 113.º, 114.º e 115.º, 116.º e 117.º, 118.º e 119.º, 120.º e 121.º, 122.º e 123.º, 124.º e 125.º, 126.º e 127.º, 128.º e 129.º, 130.º e 131.º, 132.º e 133.º, 134.º e 135.º, 136.º e 137.º, 138.º e 139.º, 140.º e 141.º, 142.º e 143.º, 144.º e 145.º, 146.º e 147.º, 148.º e 149.º, 150.º e 151.º, 152.º e 153.º, 154.º e 155.º, 156.º e 157.º, 158.º e 159.º, 160.º e 161.º, 162.º e 163.º, 164.º e 165.º, 166.º e 167.º, 168.º e 169.º, 170.º e 171.º, 172.º e 173.º, 174.º e 175.º, 176.º e 177.º, 178.º e 179.º, 180.º e 181.º, 182.º e 183.º, 184.º e 185.º, 186.º e 187.º, 188.º e 189.º, 190.º e 191.º, 192.º e 193.º, 194.º e 195.º, 196.º e 197.º, 198.º e 199.º, 200.º e 201.º, 202.º e 203.º, 204.º e 205.º, 206.º e 207.º, 208.º e 209.º, 210.º e 211.º, 212.º e 213.º, 214.º e 215.º, 216.º e 217.º, 218.º e 219.º, 220.º e 221.º, 222.º e 223.º, 224.º e 225.º, 226.º e 227.º, 228.º e 229.º, 230.º e 231.º, 232.º e 233.º, 234.º e 235.º, 236.º e 237.º, 238.º e 239.º, 240.º e 241.º, 242.º e 243.º, 244.º e 245.º, 246.º e 247.º, 248.º e 249.º, 250.º e 251.º, 252.º e 253.º, 254.º e 255.º, 256.º e 257.º, 258.º e 259.º, 260.º e 261.º, 262.º e 263.º, 264.º e 265.º, 266.º e 267.º, 268.º e 269.º, 270.º e 271.º, 272.º e 273.º, 274.º e 275.º, 276.º e 277.º, 278.º e 279.º, 280.º e 281.º, 282.º e 283.º, 284.º e 285.º, 286.º e 287.º, 288.º e 289.º, 290.º e 291.º, 292.º e 293.º, 294.º e 295.º, 296.º e 297.º, 298.º e 299.º, 300.º e 301.º, 302.º e 303.º, 304.º e 305.º, 306.º e 307.º, 308.º e 309.º, 310.º e 311.º, 312.º e 313.º, 314.º e 315.º, 316.º e 317.º, 318.º e 319.º, 320.º e 321.º, 322.º e 323.º, 324.º e 325.º, 326.º e 327.º, 328.º e 329.º, 330.º e 331.º, 332.º e 333.º, 334.º e 335.º, 336.º e 337.º, 338.º e 339.º, 340.º e 341.º, 342.º e 343.º, 344.º e 345.º, 346.º e 347.º, 348.º e 349.º, 350.º e 351.º, 352.º e 353.º, 354.º e 355.º, 356.º e 357.º, 358.º e 359.º, 360.º e 361.º, 362.º e 363.º, 364.º e 365.º, 366.º e 367.º, 368.º e 369.º, 370.º e 371.º, 372.º e 373.º, 374.º e 375.º, 376.º e 377.º, 378.º e 379.º, 380.º e 381.º, 382.º e 383.º, 384.º e 385.º, 386.º e 387.º, 388.º e 389.º, 390.º e 391.º, 392.º e 393.º, 394.º e 395.º, 396.º e 397.º, 398.º e 399.º, 400.º e 401.º, 402.º e 403.º, 404.º e 405.º, 406.º e 407.º, 408.º e 409.º, 410.º e 411.º, 412.º e 413.º, 414.º e 415.º, 416.º e 417.º, 418.º e 419.º, 420.º e 421.º, 422.º e 423.º, 424.º e 425.º, 426.º e 427.º, 428.º e 429.º, 430.º e 431.º, 432.º e 433.º, 434.º e 435.º, 436.º e 437.º, 438.º e 439.º, 440.º e 441.º, 442.º e 443.º, 444.º e 445.º, 446.º e 447.º, 448.º e 449.º, 450.º e 451.º, 452.º e 453.º, 454.º e 455.º, 456.º e 457.º, 458.º e 459.º, 460.º e 461.º, 462.º e 463.º, 464.º e 465.º, 466.º e 467.º, 468.º e 469.º, 470.º e 471.º, 472.º e 473.º, 474.º e 475.º, 476.º e 477.º, 478.º e 479.º, 480.º e 481.º, 482.º e 483.º, 484.º e 485.º, 486.º e 487.º, 488.º e 489.º, 490.º e 491.º, 492.º e 493.º, 494.º e 495.º, 496.º e 497.º, 498.º e 499.º, 500.º e 501.º, 502.º e 503.º, 504.º e 505.º, 506.º e 507.º, 508.º e 509.º, 510.º e 511.º, 512.º e 513.º, 514.º e 515.º, 516.º e 517.º, 518.º e 519.º, 520.º e 521.º, 522.º e 523.º, 524.º e 525.º, 526.º e 527.º, 528.º e 529.º, 530.º e 531.º, 532.º e 533.º, 534.º e 535.º, 536.º e 537.º, 538.º e 539.º, 540.º e 541.º, 542.º e 543.º, 544.º e 545.º, 546.º e 547.º, 548.º e 549.º, 550.º e 551.º, 552.º e 553.º, 554.º e 555.º, 556.º e 557.º, 558.º e 559.º, 560.º e 561.º, 562.º e 563.º, 564.º e 565.º, 566.º e 567.º, 568.º e 569.º, 570.º e 571.º, 572.º e 573.º, 574.º e 575.º, 576.º e 577.º, 578.º e 579.º, 580.º e 581.º, 582.º e 583.º, 584.º e 585.º, 586.º e 587.º, 588.º e 589.º, 590.º e 591.º, 592.º e 593.º, 594.º e 595.º, 596.º e 59



17º Ofício de Notas  
DIA CAPITAL

Taboalão Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Comércio, 107, Centro, Pôrto Alegre - RJ - Tel.: 2107-8833

Paula Cristina

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do original que foi apresentado para autenticação em 24 de janeiro de 2019.

PAULA CRISTINA A.D. EXATIDÃO DE NOTAS - DIAS - R\$ 6.90

ERQ-46364 Foi consultada em <https://www3.tjri.jus.br/sitpublico>

088674  
AC51509





[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA. ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU DÚBIDA MENTAL, DISTÚRBIOS PSIQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS POR USO DE DROGAS. ALÉM DE INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL DE 100 LITROS DE INSTALAÇÃO, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO, SUPLENIMENTO E ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CURADORAS MÍDIO. CAPITAL SOCIAL: R\$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS). END. ESTRADA UNIV. 14.740, POSESSA, PIETROPOLIS - RJ. CEP. 25.770-480. Pietropolis-RJ, 02/21/2001.

**HYDRATEC COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA LPP**  
CNPJ Nº 04.289.430/0001-26  
**CONVOCAÇÃO (ART. 1152 E 1º E 3º DO COD CIVIL)** Nesto ato fica convocado o Sr. Raul Carlos Rodrigues de Oliveira, para comparecer no dia 27/01/2012 e no dia 27/01/2012, às 19h ou 2ª convocação, para formalização de retirada do socio minoritário **Sr. Roberto Carlos Rodrigues de Oliveira**, da empresa **Hydratec Comercio e Tecnologia Ltda** inscrita no CNPJ nº 04.289.430/0001-26, com sede em Curitiba - PR, inscrita no MEI nº 12.775.050, por motivo de saúde, pois o mesmo se encontra em tratamento médico nos dias 10/01/2012 / Angio Perito S/A ga - CRCRJ 018.880/0-7 CPE nº 32.445.537-77.

CASTELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.  
CNPJ: 33.221.649/0001-91  
AVISO - Arham se a disposição dos Senhores Acionistas, por meio  
social na Avenida Nelo Peçanha 50 sala 1417, um documento, a qual  
se refere o artigo 133 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Rua  
de Janeiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria



**FATO RELEVANTE:** A Vale S.A. (Vale) informou que está declarando maior faturamento (FM) em uma série de contratos do segmento de terra-padrão de hoje 11 de janeiro de 2012. Estamos incluindo em contratos com os clientes conforme os termos dos respectivos contratos 15 acordos com o artigo 9º, § 4º da Instrução CVM nº 358, entre eles: "Nenhuma incorporação disponível no balanço da VAIL, ou qualquer outro sistema líquido resultante da CVM, no âmbito da VAIL, ou qualquer outra entidade controlada pela VAIL".  
www.vale.com  
Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2012, João Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores.

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO  
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO  
02.709.449/0011-20

**PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO** inicia pública que-  
rrença ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Empresa de  
Operação para operar o Duto de Transferência de Água Doce e  
salina do Terminal de Cabuburu e a Estação de Barra da Ilha, pro-  
vida aproximadamente 70 km de extensão, expandida em integri-  
dade com uma vazão de 150m³/h, com diâmetro de 8" em 29 de De-  
zembro de 2011 Rodovia Amaral Peixoto km 188. Manaus/RJ. Pro-  
cesso E 07/512461/2011

PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS  
CNPJ 33.000.167/0001-01  
OUTORGA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

**PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS** torna pública que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Cota de Água de Petróleo (CAU) de uso de recursos hídricos outorgada pelo INEA, com validade até 28 de março de 2013, que a Autorização de Uso de Água (AUA) de água bruta em 4 (quatro) pontos do Rio Caranubi com a vazão de 10 metros cúbicos (1) compactação e umetração do solo (1) Rio Caranubi, localizada RM V. Baía de Guanabara, na Fazenda Macaúba, entre os municípios de Macaúba e Caranubi, Posto das Caixas, município de Itaipava.

**CAPTAÇÃO:** Terrapilagens COMPER, Cuipe, Meadon, Rio de Janeiro. Vazão máxima instantânea: 500,0 m³. Vazão média: 500,0 m³. Tempo de captação: 1600 min. Período de captação: 30 dias. Vazão mensal: 24000,0 m³. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 41" S e Long. 42° 50' 38,705" W. **CAPTAÇÃO: EAP 1:** Cuipe, Meadon, Rio de Janeiro. Vazão máxima instantânea: 350,0 m³. Vazão média: 350,0 m³. Tempo de captação: 1800 min. Período de captação: 30 dias. Vazão mensal: 14400,0 m³. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 40' 49,765" S e Long. 42° 53' 51,438" W. **CAPTAÇÃO: EAP 2:** Cuipe, Meadon, Rio de Janeiro. Vazão máxima instantânea: 350,0 m³. Vazão média: 350,0 m³. Tempo de captação: 1800 min. Período de captação: 30 dias. Vazão mensal: 14400,0 m³. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 46,121" S e Long. 42° 57' 11,831" W.

**CAPTAÇÃO: EAP 3:** Cuipe, Meadon, Rio de Janeiro. Vazão máxima instantânea: 350,0 m³. Vazão média: 350,0 m³. Tempo de captação: 1800 min. Período de captação: 30 dias. Vazão mensal: 14400,0 m³. Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 28,891" S e Long. 42° 55' 24,819" W.

**DESCARTE:** Vazão máxima diária dos dois pontos e de 300 m³. Processo N.º E-07/10-203/2008

**BR PETROBRAS**  
Companhia Aberta  
CNPJ nº 33.000.167/0001-01  
NIRE nº 13100032061

[illegible]

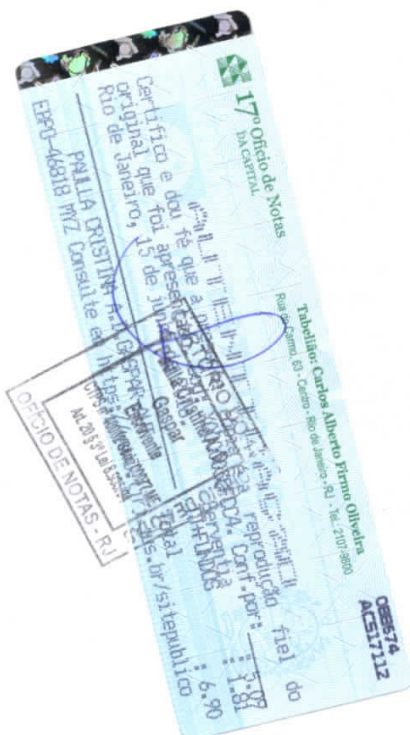
## Avisos, Editais e Termos

### Associações, Sociedades e Firmas

CLÍNICA ESTRELLA LTDA  
SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUIÇÃO

(E SUMA) CONJUNTO SOCIAL SOMENS JOAO GUILHERME FILHO  
GONÇALVES ESTRELLA (CPF 174.739.987-72), LIRYNA SOUZA  
MARCOS (CPF 51.535.317-14), PAULO PAULINO FERREIRA DA SILVA  
(CPF Fone 127.517-91) E FLAVIO GOMES FILHO (CPF 402.776.867).  
7) OBJETIVO: ATIVIDADES DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A  
ACUDE A PORTADORES DE DISTURBIOS PSICOTICOS DIFEREN











## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477-OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**Vistos, etc.**

A teor do art. 370 do CPC, "*Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito*".

No caso do presente feito, cujo objeto é indenização de DPVAT, a prova pericial é indispensável.

Assim, com o objetivo de impulsionar com efetividade dos processos de DPVAT, para realização de perícia, já com a participação de assistente da seguradora, determino a inclusão do presente feito no **REGIME ESPECIAL DE MUTIRÃO** desta Unidade Judiciária.

Para tanto, com base no Convênio firmado entre o TJPB e a Líder Seguradora, **determino à escrivania a designação da audiência de conciliação e perícia médica** nestes autos, a ser realizada na sala de audiência desta 8ª Vara Cível, elaborando-se pauta conforme data acordada com o perito judicial.

Designo o Dr. Gustavo Farias de Mendonça, médico ortopedista, para funcionar como expert, devendo ser intimado para comparecer ao ato, de logo fixando-se os honorários periciais em R\$ 200,00 (duzentos reais), por perícia realizada.

**INTIMEM-SE** as partes, observando-se o novo endereço fornecido nos autos, se necessário, e seus advogados, para comparecerem à audiência acima designada, bem como para, querendo, indicar assistentes técnicos, os quais deverão comparecer ao ato acima designado, ADVERTINDO A PARTE AUTORA DE QUE A SUA AUSÊNCIA À PERÍCIA IMPLICARÁ NA PRECLUSÃO DA PROVA PERICIAL E JULGAMENTO DO FEITO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.

**INTIME-SE** a seguradora promovida, para providenciar junto à Seguradora Líder o depósito dos honorários periciais, em conta judicial. Caso não realizado o exame pericial, tal valor será levantado pela seguradora. Por outro lado, em sendo realizada a perícia, EXPEÇA-SE ALVARÁ em favor do perito designado, ou EXPEÇA-SE ordem de transferência bancária.

No mais, **AFIXE-SE** lista dos processos incluídos em regime especial de Mutirão no Quadro de Avisos dessa serventia, a fim de dar maior publicidade.

João Pessoa, 3 de março de 2020.

**Renata da Câmara Pires Belmont**

Juiza de Direito





**FÓRUM CÍVEL DA CAPITAL**

**Centro Judiciário II de Solução de Conflitos e Cidadania das Varas Cíveis da Comarca da Capital**  
**Av. João Machado, s/n, centro, 7º Andar, tel. 3208-2612**

---

**0823195-71.2018.8.15.2001**

**[ACIDENTE DE TRÂNSITO]**  
**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**CERTIDÃO**

*(DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/PERÍCIA - DPVAT)*

Certifico e dou fé que fica designada **AUDIÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA (MUTIRÃO DPVAT):**  
**Tipo: Conciliação Sala: DPVAT 2020 - CONCILIAÇÃO PERÍCIA Data: 14/05/2020 Hora: 15:40** , a ser realizada na sala de audiências da 8ª Vara Cível da Comarca da Capital .

João Pessoa-PB, em 7 de março de 2020

**FRANCIMARIO FURTADO DE FIGUEIREDO**

Analista/Técnico Judiciário





8ª Vara Cível da Capital  
AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520  
JOÃO PESSOA

---

0823195-71.2018.8.15.2001 [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

**Nome:** JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO

**Endereço:** R ITAPOROROCA, 83, INDÚSTRIAS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58083-544

**Nome:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**Endereço:** R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

**(MUTIRÃO DPVAT 2020 - 8ª VARA CÍVEL DA CAPITAL)**

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA - (PERÍCIA DPVAT)**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da **8ª Vara Cível da Capital** manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, **INTIME-SE** a **Nome: JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO** **Endereço: R ITAPOROROCA, 83, INDÚSTRIAS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58083-544**, para comparecer a **Audiência/Perícia** (MUTIRÃO DPVAT) designada para o dia **Tipo: Conciliação Sala: DPVAT 2020 - CONCILIAÇÃO PERÍCIA Data: 14/05/2020 Hora: 15:40** a ser realizada na sala de **audiência desta 8ª Vara Cível da Capital**, **ADVIRTO-O, AINDA, DE QUE A SUA AUSÊNCIA À PERÍCIA IMPLICARÁ NA PRECLUSÃO DA PROVA PERICIAL E JULGAMENTO DO FEITO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.**

JOÃO PESSOA, em 9 de março de 2020

De ordem, ROSANGELA RUFFO DE SOUSA LEO MAUL

Analista/Técnico Judiciário





EM ANEXO





**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB**

**Processo:** 08231957120188152001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Juntada.

JOAO PESSOA, 25 de março de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PB 4246-A

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
15477 - OAB/PB





				Nº DA CONTA JUDICIAL
				2200120193083
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	TIPO DE JUSTIÇA
0		19/03/2020	1618	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	Nº DO PROCESSO	TRIBUNAL	
18/03/2020	2639841	08231957120188152001	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA		ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
JOAO PESSOA		8 VARA CIVEL	RÉU	200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
			Jurídico	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE			TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO			Física	00697840867
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
55C7AA9201B00659				
CÓDIGO DE BARRAS				



## CERTIDÃO

Certifico que DEIXEI de dar inteiro cumprimento ao presente mandado com base na Resolução N° 314/2020/CNJ no seu art.3º e no Ofício Circular nº 51/2020 que trata da referida resolução quanto aos atos presenciais.

Dessa forma, devolvo para as providências cabíveis.

O referido é verdade e dou fé.

João Pessoa (PB), 29 de abril de 2020.

Oficial de Justiça







FÓRUM CÍVEL DA CAPITAL  
8ª Vara cível da Capital  
Av. João Machado, s/n, centro, 4º Andar, tel. 3208-2612

0823195-71.2018.8.15.2001

[Acidente de Trânsito]  
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

### CERTIDÃO

(REDESIGNAÇÃO) DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO/PERÍCIA - DPVAT)

Certifico e dou fé que, diante do Ato Conjunto 003/2020 do TJPB/MPPB/DPE/OAB-PB que instituiu medidas provisórias temporárias de prevenção do contágio pelo novo Corona vírus, COVID -19, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Paraíba, e que recomenda o isolamento como medida imprescindível para evitar a propagação do vírus, adotando medidas de restrição em relação ao atendimento presenciais e circulação de pessoas nos prédios onde funciona os serviços da prestação jurisdicional, fica **REDESIGNADA** A AUDIÊNCIA PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA (MUTIRÃO DPVAT) PARA **Tipo: Conciliação Sala: DPVAT 2020 - CONCILIAÇÃO PERÍCIA Data: 01/10/2020 Hora: 15:40**, a ser realizada na sala de audiências da 8ª Vara Cível da Comarca da Capital.

João Pessoa-PB, em 5 de maio de 2020

WEZALY DE MEDEIROS MEIRA

Técnico Judiciário



8ª Vara Cível da Capital  
AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520  
JOÃO PESSOA

---

0823195-71.2018.8.15.2001 [Acidente de Trânsito]

Nome: JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO

Endereço: R ITAPOROROCA, 83, INDÚSTRIAS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58083-544

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

**(MUTIRÃO DPVAT 2020 - 8ª VARA CÍVEL DA CAPITAL)**

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA - (PERÍCIA DPVAT)**

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, INTIME-SE a JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO, situado na R ITAPOROROCA, 83, INDÚSTRIAS, JOÃO PESSOA/PB, CEP 58083-544, para comparecer a Audiência/Perícia (MUTIRÃO DPVAT) redesignada para o dia 01/10/2020, às 15:40 horas, a ser realizada na sala de audiência desta 8ª Vara Cível da Capital, **ADVIRTO-O, AINDA, DE QUE A SUA AUSÊNCIA À PERÍCIA IMPLICARÁ NA PRECLUSÃO DA PROVA PERICIAL E JULGAMENTO DO FEITO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.**

JOÃO PESSOA, em 5 de maio de 2020

De ordem, WEZALY DE MEDEIROS MEIRA

Técnico Judiciário



## **CERTIDÃO**

-

Certifico que em diligência para dar cumprimento ao presente mandado, dirigi-me ao endereço indicado, mas deixei de **intimar** o destinatário, **JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO**, em face de não ter conseguido localizá-lo, pois o mesmo **não reside** naquele endereço, conforme informação do morador do imóvel, que se identificou pelo nome de **Edilson Celestino da Silva**, e afirmou que o mesmo dá aquele endereço para receber suas correspondências. Certifico também, que deixei a contrafé do mandado com o Sr. **Edilson Celestino da Silva**, que se comprometeu a entregá-la ao destinatário na primeira oportunidade. Certifico ainda, que o Sr. **Edilson Celestino da Silva** assinou o mandado. O referido é verdade. Dou fé. João Pessoa, 23 de agosto de 2020.

Josefa Rodrigues da Silva

Of. de Justiça

Mat. 473.472-6



8ª Vara Cível da Capital  
AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520  
JOÃO PESSOA

0823195-71.2018.8.15.2001 [Acidente de Trânsito]

Nome: JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO

Endereço: R ITAPOROROCA, 83, INDÚSTRIAS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58083-544

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Rua Cidade de Campo de  
Santamar, após a Rua  
Cid. S. J. Sológi, 1º - na direita  
1ª - a esquerda, 2ª - a direita,

(MUTIRÃO DPVAT 2020 - 8ª VARA CÍVEL DA CAPITAL)

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA - (PERÍCIA DPVAT)

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, INTIME-SE a JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO, situado na R ITAPOROROCA, 83, INDÚSTRIAS, JOÃO PESSOA/PB, CEP 58083-544, para comparecer a Audiência/Perícia (MUTIRÃO DPVAT) redesignada para o dia 01/10/2020, às 15:40 horas, a ser realizada na sala de audiência desta 8ª Vara Cível da Capital. ADVIRTO-O, AINDA, DE QUE A SUA AUSÊNCIA À PERÍCIA IMPLICARÁ NA PRECLUSÃO DA PROVA PERICIAL E JULGAMENTO DO FEITO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.

JOÃO PESSOA, em 5 de maio de 2020

De ordem, WEZALY DE MEDEIROS MEIRA

Técnico Judiciário



Assinado eletronicamente por: WEZALY DE MEDEIROS MEIRA

05/05/2020 16:09:45

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 30394673



20050516094317600000029201408

imprimir

Edilson Celso da Silva (maradon)  
Edilson celso da silva.  
22/08/2020, às 08:45 horas



Assinado eletronicamente por: JOSEFA RODRIGUES DA SILVA - 23/08/2020 18:38:20

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082318381988800000032068058>

Número do documento: 20082318381988800000032068058

16/08/2020 21:05

Num. 33509296 - Pág. 1



Em anexo.





GRILO ADVOCACIA

**AO EXCELENTÍSSIMO JUÍZ DE DIREITO DA 8ª VARA REGIONAL CÍVEL DE  
MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB**

**JUSTIÇA GRATUITA**

**PROCESSO Nº 0823195-71.2018.8.15.2001**

**JOSÉ ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO**, devidamente qualificado nos autos da AÇÃO movida em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, processo em destaque, por seus advogados e procuradores, adiante assinados, vem, com a devida vênia, perante Vossa Excelência, informar que está ciente da audiência/perícia a ser realizada no dia 01/10/2020 às 15h40, requerendo que seja mantida este ato processual.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

João Pessoa-PB, 25 de agosto de 2020

**MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA**

**OAB/PB 17295**





Poder Judiciário da Paraíba  
8ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**Número do Processo: 0823195-71.2018.8.15.2001**  
**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**Assunto: [Acidente de Trânsito]**  
**Polo ativo: AUTOR: JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO**  
**Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **CERTIDÃO**

Certifico que baixei cópia dos autos para o mutirão DPVAT. Dou fé.

JOÃO PESSOA, 30 de setembro de 2020  
WEZALY DE MEDEIROS MEIRA



**Poder Judiciário da Paraíba**





**8ª Vara Cível da Capital**  
**AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**  
**JOÃO PESSOA**  
**( )**

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Processo: 0823195-71.2018.8.15.2001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Data e hora de realização: 2020-10-05 14:51:48.455

AUTOR: JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
COMARCA DA CAPITAL  
8ª VARA CÍVEL

TERMO DE AUDIÊNCIA

Data	Hora	Processo	Natureza da audiência
01/10/20	15H40	0823195-71.2018.8.15.2001	CONCILIAÇÃO-Mutirão Dpvt
Juiz de Direito:	RENATA DA CÂMARA PIRES BELMONT		
Promovente(s):	JOSÉ ALBERTO BANDEIRA NASCIMENTO		
Promovido(s):	SEGURADORA LÍDER		
Promotor	-		
Advogado(s):	DR. ANDRÉ LUIZ FERREIRA V. SOBRINHO, OAB/PB 18747; DR. DIEGO DE SOUZA AUGUSTO, OAB/PB 19731, DR. JOHN HENDERSON CARVALHO DE GÓIS, OAB/PB 21936-A; DRA. JANAÍNA MELO RIBEIRO TOMAS, OAB/PB 10412 E AUGUSTO CÉSAR ARAÚJO LIMA, OAB/PB 20863 (preposto)		
Presenças:			
Ausências:			
Estudantes:	-		

Iniciado os trabalhos, pela MM. Juíza foi dito: Nesta audiência, a parte autora se submeteu à perícia, sob a qual foi dada vista às partes, sem impugnação pelo autor e pela seguradora. Sem proposta de acordo. Ante a ausência de outras provas a produzir, segue **SENTENÇA**:

**Vistos, etc.**

JOSÉ ALBERTO BANDEIRA NASCIMENTO, já qualificado nos autos, ingressou com a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATORIO** em face de SEGURADORA LÍDER, também já qualificada nos autos, alega ter sofrido acidente de trânsito em 22.07.2017, resultando invalidez permanente, de modo a postular indenização.

Citada, a promovida ofertou defesa suscitando, preliminarmente, a falta de interesse de agir. No mérito, sustentou que não há nexo causal da lesão do autor com acidente automobilístico, que o autor não é portador de invalidez total e completa, de modo que não faz jus ao pagamento da indenização em seu teto máximo, devendo ser aplicados os percentuais legais para a proporcionalidade da lesão conforme quantificação prevista pela Lei nº 11.945/2009.

Encaminhados os autos para Mutirão DPVAT, promovido nesta 8ª Vara Cível, na data de hoje, foi realizada perícia judicial, deixando as partes de formalizar composição amigável

**É O BREVE RELATO. PASSO A DECIDIR.**

**I – DA PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR**

Suscita, ainda, a promovida, a prefacial de falta de interesse de agir, sob o fundamento de que resta necessário o prévio indeferimento de requerimento administrativo para que a parte busque a via judicial.

Também não merece melhor sorte a tese da promovida pela falta de

MOD-VCIV-001

Página 1 de 4



interesse processual.

É que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inc. XXXV, expressa claramente ser despidendo o esgotamento da via administrativa para apreciação de ameaça ou lesão a direito pelo Judiciário, ao dispor:

Art. 5º. *omissis*

Inc. XXXV. A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Esta garantia constitucional é um dos alicerces do Estado Democrático de Direito, onde toda lesão ou mesmo a simples ameaça a um direito subjetivo pode ser analisada pelo Poder Judiciário, sem obrigação de prévia tramitação administrativa.

Resta claro que a Carta Magna de 1988 aboliu por completo o contencioso administrativo como momento precedente ao processo judicial, de sorte que o requerimento do seguro obrigatório - DPVAT, na seara administrativa, não é *conditio sine qua non* para se pleitear a indenização na via judicial.

**Desta feita, rejeito a preliminar de carência de ação.**

## **II – DO MÉRITO:**

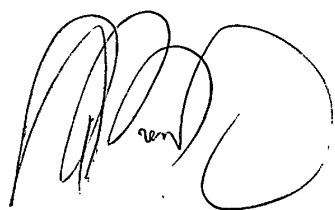
No caso dos autos, tem-se que o promovente pleiteia o recebimento de indenização por invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito, de modo a invocar as regras do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194/74.

Segundo o diploma de regência, o pagamento da indenização de DPVAT por danos pessoais e despesas médico-hospitalares **é devido à vítima envolvida no sinistro causados por veículos automotores de via terrestre, bastando para tanto a prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa ou de quem seja o seu causador**, conforme preceitua o art. 3º da Lei de regência, observada a alteração legislativa trazida pela Lei 11.482/2007, vigente à época do fato. Cita-se, *in verbis*:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

- I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
- II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e
- III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

As exigências legais para a incidência e cabimento do seguro obrigatório também são destacadas pelo art. 5º, ao disciplinar:



Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º. A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da



sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

b) prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

Do contido em aludidos dispositivos deflui a constatação de que o fato gerador para incidência do seguro obrigatório é o acidente de trânsito devidamente comprovado

*In casu*, o acidente de trânsito restou demonstrado através da documentação anexada aos autos.

Ocorre que, além do acidente automobilístico, resta à parte autora comprovar que a sequela sofrida configure invalidez de caráter permanente, cujo regramento do art. 3º, inc. II, prevê indenização de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a depender da extensão da lesão. A proporcionalidade da indenização esculpida no art. 3º, inc. II, da lei de regência está, atualmente sumulada. Vejamos:

**Súmula 474 STJ.** *A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez.*

Nesse caminho, a Lei nº 11.945/2009 trouxe para o próprio corpo da Lei nº 6.194/74 a menção expressa acerca da classificação da invalidez permanente em total ou parcial, nos seguintes termos:

Art. 3º. *omissis.*

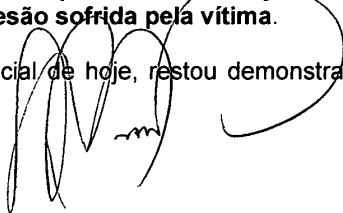
§1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (grifo meu)

**Desta feita, resta assentado que a indenização deve guardar proporcionalidade com a gravidade e a extensão da lesão sofrida pela vítima.**

Destarte, através de perícia judicial de hoje, restou demonstrada a lesão no



**cotovelo direito**, ensejando a aplicação do percentual de **25%** sobre o teto da tabela, ou seja, o valor de R\$ 1.350,00. Contudo, o laudo médico também atesta que se trata de uma invalidez permanente parcial **incompleta**, por se tratar de uma lesão de grau **residual**, com percentual de **10%**, a incidir sobre o valor acima encontrado, tudo esculpido no art. 3º, § 1º, inc. II, da lei de regência, perfazendo o **valor indenizatório final de R\$ 337,50**.

Por outro lado, sabe-se que a correção monetária pretende impedir ou minorar os efeitos da desvalorização natural da moeda, visando a assegurar seu real poder aquisitivo, de tal sorte que deve incidir a partir do sinistro, ou seja, dia 22.07.2017, com base no INPC, por ser um índice oficial e que melhor representa a recomposição da moeda, além de juros moratórios

**ISTO POSTO** e mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a pretensão autoral, **para condenar a seguradora a pagar o valor de R\$ 337,50**, acrescido de correção monetária pelo INPC, a partir de 22.07.2017, e juros moratórios de 1% ao mês, a partir da citação, extinguindo o feito com julgamento de mérito a teor do art. 487, inc. I, CPC.

Condeno a seguradora ao pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor da condenação.

**Publicada e intimados os presentes nesta audiência**, registre-se esta sentença.

1. EXPEÇA-SE ALVARÁ OU OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA, referente aos honorários periciais.

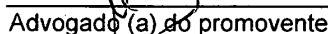
2. Com o trânsito em julgado, INTIME-SE a parte credora, para requerer o que de direito em 10 dias, apresentando planilha de cálculo do valor exequendo, sob pena de arquivamento.

3. Em caso de honorários contratuais, o autor declara desde logo que concorda com o pagamento dos honorários contratuais.

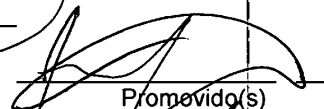
4. Certifique-se o recolhimento das custas, calculando o valor e intimando-se para recolhimento, sob pena de penhora *on line*, protesto e/ou inscrição na dívida ativa.

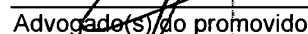
Nada mais havendo, mandou a MM. Juíza que encerrasse o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado por todos os presentes Eu o digitei e assino. Nada mais havendo, mandou a MM. Juíza que encerrasse o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado por todos os presentes Eu o digitei e assino.

  
\_\_\_\_\_  
Promovente

  
\_\_\_\_\_  
Advogado(a) do promovente

  
\_\_\_\_\_  
Juíza de Direito

  
\_\_\_\_\_  
Promovido(s)

  
\_\_\_\_\_  
Advogado(s) do promovido





M 15:40

- LIDER

- preliminar: Falta de interesse.  
(falta de exaurimento da adm.)

Proc. 082 3195-71.2018

- Sem pg adm.

**AValiação Médica**  
**PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE**

[Art. 31º da Lei 11.345 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

**Informações da Vítima**

Nome completo:

José Alberto Bandeira Nascimento

CPF: 006978408-67

Endereço completo:

R. Itaperoroca, 83 - Bairro dos Industriais

**Informações do Acidente**

Local:

Bairro dos Industriais.

Data do acidente:

22/07/2017

**Concordância com a realização da avaliação médica**

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº , para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na Vara Cível ou JEC da Comarca de

local e data

**Avaliação Médica**

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

(X) Sim ( ) Não ( ) Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

punho direito e cotovelo direito

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

catarse punho direito e cotovelo direito (consumado)

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

( ) Sim (X) Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ( ) disfunções apenas temporárias

b) (X) dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

disfunção linfática de nervos do cotovelo direito

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

( ) Sim, em que prazo:

(X) Não

SaúdeSEC - Sistemas de Saúde Ltda



Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda seguir o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ( ) Total. (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) (x) Parcial. (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) ( ) Parcial Completo. (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2) (x) Parcial Incompleto. (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

catavento (D) (x) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

2ª Lesão

( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

3ª Lesão

( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

4ª Lesão

( ) 10% Residual ( ) 25% Leve ( ) 50% Média ( ) 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do médico perito: CRM

Assinatura do médico assistente - CRM

Dr. João Bartolomeu P. Rabek

Ortopedia e Traumatologia  
CRM 4518-P3

Dr. Gustavo F. Mendonça  
Ortopedia / Cir. Quadril  
CRM PB 6786 / TCC 1132

SaúdeSEG - Sistemas de Saúde Ltda



**PARECER MÉDICO  
DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**Informações da Vítima**

Nome completo:

CPF:

Endereço completo:

**Informações do acidente**

Local:

Data do Acidente:

**Avaliação Médica**

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corpora(l) encontra(m)-se acometida(s);

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s) e, se for o caso, se as mesmas já estavam prescritas no momento da avaliação administrativa:

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.



VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação e, se for o caso, a partir do pagamento administrativo indicar: agravamento, melhora e/ou nova lesão:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ **Total**

(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Víctima).

b) ☒ **Parcial**

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Víctima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ **Parcial Completo** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Víctima).

b.2 ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Víctima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Víctima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão estômago devido ☒ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

---

---

---

---

JUSTIFICATIVA DE CONCORDÂNCIA COM A PERÍCIA JUDICIAL:

<u>em concordância com o</u>
<u>perito do juízo</u>



**JUSTIFICATIVA DE DIVERGÊNCIA DA PERÍCIA JUDICIAL:**


Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do Assistente Técnico – CRM

*João Bartolomeu P. Rabêlo* 01/10/2020 *João Bartolomeu P. Rabêlo*

**IM S**  
medicina e traumatologia

medicina de seguros

Dr. João Bartolomeu P. Rabêlo  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 4518-PB







**Poder Judiciário da Paraíba**  
8ª Vara Cível da Capital

**AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**

**0823195-71.2018.8.15.2001 [Acidente de Trânsito]**  
**CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)**

### **CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO**

Certifico que a sentença prolatada nos autos **TRANSITOU EM 25/10/2020**, data assinalada pelo sistema na aba "*expedientes*", SEM QUALQUER MANIFESTAÇÃO da(s) parte(s). Dou fé. João Pessoa-PB, em 25 de outubro de 2020

**ROSANGELA RUFFO DE SOUSA LEO MAUL**

Analista/Técnico Judiciário





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**8ª Vara Cível da Capital**

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**0823195-71.2018.8.15.2001 [Acidente de Trânsito]**  
**CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)**

---

**ATO ORDINATÓRIO**

De acordo com o art.93 inciso XIV<sup>1</sup>, da Constituição Federal,e nos termos do art. 152 inciso VI,§1º do CPC<sup>2</sup>, bem assim o art. 203 § 4º do CPC<sup>3</sup>, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, c/c o provimento CGJ nº 04/2014, publicado em 01/08/2014, e da portaria 01/2015 da 8ª Vara Cível, procedo com:

☒ Intimação do autor para no prazo de 10 dias, **REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.**

☐ Intimação do autor para apresentar à **IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO**, no prazo de 15 dias.

☐ INTIMEM-SE as partes, para especificarem se pretendem produzir novas provas, no prazo de 10 dias, demonstrando a sua pertinência para o julgamento da lide, a fim de possibilitar a análise judicial de seu deferimento ou indeferimento.

☐ **A REMESSA DO ALVARÁ DE LEVANTAMENTO DE VALORES**, via email para o Banco do Brasil, setor público para fins de pagamento/transferência para conta informada pelo beneficiário.

☐ Intimação do autor para, no prazo de 15 (quinze) dias se manifestar acerca da **certidão do oficial de justiça**, requerendo o que entender de direito.

☐ Intimação do autor para, em 15 (quinze) dias se manifestar sobre a carta de **citação/intimação** devolvida e juntadas aos autos.

☐ Intimação da parte adversa para no prazo de 05(cinco) dias **se manifestar acerca dos embargos de declaração com efeitos infringentes.**

☐ Intimação do(a) apelado(a) para, querendo, **contrarrazoar a(s) apelação(ões)** e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias

☐ INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA,  **pessoalmente, para, no prazo de 05(Cinco) dias providenciar o impulsionamento do feito,** sob pena de extinção, nos exatos termos do art.485,III,§1º, do CPC/2015.

☐ Intimação da parte ( ) **Promovente** ( ) **Promovida**, para, em quinze dias, se manifestar sobre a petição/documentos de ID:\_\_\_\_\_.

- ( ) Intimação da parte promovida para se manifestar sobre o **pedido de desistência da ação**, no prazo de 15 (quinze) dias.
- ( ) Intimação da parte autora para no prazo de 15 (quinze) dias, **RECOLHER AS DILIGÊNCIAS** do oficial de justiça para fins de expedição do(s) competente(s) mandado(s).
- ( ) INTIME-SE a parte **EXEQUENTE** para, no prazo de 10 dias, **apresentar planilha de cálculo atualizada, em harmonia com o art. 524 do NCPC**, com vistas a execução do julgado.
- ( ) INTIME-SE o **DEVEDOR**, para pagar o débito e as custas (se houver), no prazo de 15 dias, nos termos do art. 523, bem como o cientifico para fins de impugnação, a teor do art. 525 do CPC/2015
- ( ) Intimação do autor para que indique no prazo de 15(quinze) dias, **DEPOSITÁRIO DO BEM A SER APRENDIDO** para fins de expedição do mandado de busca e apreensão, atendendo ao que preceitua o art. 303\*, do CÓDIGO DE NORMAS CGJPB – JUDICIAL.
- ( ) Intimação da parte ( ) **promovente** ( ) **promovida** a requerer o que entender de direito, em 15 (quinze) dias, sobre as informações e/ou os documentos trazidos aos autos em resposta **ao(s) ofício(s)** expedido nos autos.
- ( ) Intimação do(a) advogado renunciante ao mandato outorgado por qualquer das partes, para no prazo de (quinze) dias comprovar que notificou seu constituinte da renúncia, na forma da lei.
- ( ) Intimação das partes para se manifestarem sobre o laudo pericial, no prazo de 15(quinze) dias
- ( ) Intimação do credor para no prazo de 15(quinze) dias indicar bens penhoráveis do devedor, visto que o oficial de justiça certificou que não encontrou bens passíveis de penhora pertencentes ao executado
- ( ) Redistribuição dos presentes autos conforme despacho ID: \_\_\_\_\_
- ( ) Retificação do valor da causa conforme despacho ID: \_\_\_\_\_
- ( ) Remessa dos autos à contadoria para cálculos das custas processuais
- ( ) Intimação da parte interessada para recolhimento das custas processuais finais, no prazo de 15 dias, sob as penalidades legais.
- ( ) Cumprimento da Deprecata conforme requerido pelo juízo deprecante.

João Pessoa-PB, em 25 de outubro de 2020

ROSANGELA RUFFO DE SOUSA LEO MAUL

Analista/Técnico Judiciário

---

<sup>1</sup> Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

XIV os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

<sup>2</sup> Art. 152. Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria: VI - praticar, de ofício, os atos meramente ordinatórios. § 1º O juiz titular editará ato a fim de regulamentar a atribuição prevista no inciso VI.

<sup>3</sup> Art. 203. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. § 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário



Poder Judiciário da Paraíba  
8ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

Número do Processo: 0823195-71.2018.8.15.2001  
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)  
Assunto: [Acidente de Trânsito]  
Polo ativo: EXEQUENTE: JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO  
Polo passivo: EXECUTADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé, segue cálculo custas finais.

JOÃO PESSOA, 25 de outubro de 2020  
ROSANGELA RUFFO DE SOUSA LEO MAUL



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA PARAÍBA**

**CÁLCULO DE CORREÇÃO MONETÁRIA**

**CUSTAS FINAIS**

**RESUMO DO CÁLCULO**

**IDENTIFICADOR:** 80Z4X9VV

**PROCESSO:** 0823195-71.2018.8.15.2001

**CRITÉRIO DE CORREÇÃO MONETÁRIA:** Índices oficiais (ORTN, OTN, BTN e INPC)

**TERMO FINAL (ATUALIZAR ATÉ):** 25/10/2020

**TAXA DE JUROS MORATÓRIOS:** Sem juros

**VALORES DEVIDOS**

Termo inicial	Valor	Valor corrigido	Juros a partir de	Juros do período(%)	Juros do período(\$)	Total(\$)
22/07/2017	56,25	62,61	-	-	-	62,61
Débitos atualizados até 25/10/2020						R\$ 62,61

Cálculo realizado em 25/10/2020

Página 1 de 2





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA PARAÍBA**

**CÁLCULO DE CORREÇÃO MONETÁRIA**

**CUSTAS FINAIS**

**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

#1 Termo inicial: 22/07/2017 Valor: 56,25				
Data	Índice	Fator	Moeda	Saldo
07/2017	INPC	-	R\$	56,25
10/2020	INPC	1,1131	R\$	62,61

---

Cálculo realizado em 25/10/2020

Página 2 de 2



**Poder Judiciário da Paraíba**  
8ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

0858168-23.2016.8.15.2001 [Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Moral]  
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO DA CONDENAÇÃO/EXECUÇÃO**

**E PARA PAGAMENTO DAS CUSTAS FINAIS**

Através do presente expediente **INTIMO** o executado, na pessoa do seu advogado (art. 513, §2º, inc. I, do CPC/2015), **para pagar o débito, no prazo de 15 dias**, acrescido de custas, se houver (art. 523), sob pena de multa de 10% e fixação de honorários advocatícios de 10% (art. 523, § 1º), seguindo-se automaticamente os atos de expropriação através de penhora e avaliação (art. 523, § 3º). Nesta oportunidade, o executado deverá ser cientificado, a teor do art. 525 do CPC/2015, que transcorrido sem pagamento o prazo de 15 dias para o cumprimento da sentença, inicia-se automaticamente o prazo de 15 dias para o oferecimento de impugnação, independentemente de penhora ou nova intimação.

**POR OUTRO LADO, FICA A PARTE PROMOVIDA/EXECUTADA DEVIDAMENTE INTIMADA** para no prazo máximo de 15(quinze) dias proceder ao **pagamento das custas processuais finais**, sob pena de penhora online. A guia de recolhimento para pagamento das custas finais deverá ser emitida pela parte através do sistema de emissão de guias constante do portal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, ou através do link: <https://app.tjpb.jus.br/custasonline/paginas/publico/guiaCustas/custas.jsf?tipoGuia=7>.

João Pessoa-PB, em 5 de outubro de 2020

FRANCIMARIO FURTADO DE FIGUEIREDO

Analista/Técnico Judiciário



**8ª Vara Cível da Capital**  
**AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520**  
**TELEFONE (83) 3208-2477**

---

**0823195-71.2018.8.15.2001 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)**

**[Acidente de Trânsito]**

**Nome: JOSE ALBERTO BANDEIRA DO NASCIMENTO**

**Endereço: R ITAPOROROCA, 83, INDÚSTRIAS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58083-544**

**Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205**

**Ofício nº129/2020**

**João Pessoa-PB, em 25 de outubro de 2020.**

A Sua Senhoria Gerente do Banco do Brasil S/A

**SETOR PÚBLICO**

Fórum Cível da Capital

**Assunto: Transferência de valores – Depósito Judicial (Honorários Periciais)**

*Senhor(a) Gerente:*

Solicitamos a Vossa Senhoria que seja providenciada a transferência da importância de **R\$ 200,00(duzentos reais) e seus acréscimos**, depositada na conta **judicial DJO nº 2200120193083**, para a conta corrente **nº 13.746-4**, agência **1.885-6** Banco do Brasil S/A, pertencente a(o) perito, Dr(a). **GUSTAVO FARIAS MENDONÇA**, CPF

**046.175.724-90**, tendo como depositante *Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.*  
*Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205*  
cumprindo o que foi determinado nos autos da ação acima identificada.

Solicitamos, ainda, uma vez realizada a transferência dos referidos valores, seja comunicado a este juízo imediatamente, identificando este processo.

Atenciosamente,

Renata da Câmara Pires Belmont  
Juíza de Direito

**Documento assinado eletronicamente**



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**8ª Vara Cível da Capital**

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

---

**0823195-71.2018.8.15.2001 [Acidente de Trânsito]**  
**CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)**

---

**ATO ORDINATÓRIO**

De acordo com o art.93 inciso XIV<sup>1</sup>, da Constituição Federal,e nos termos do art. 152 inciso VI,§1º do CPC<sup>2</sup>, bem assim o art. 203 § 4º do CPC<sup>3</sup>, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, c/c o provimento CGJ nº 04/2014, publicado em 01/08/2014, e da portaria 01/2015 da 8ª Vara Cível, procedo com:

- ( ) Intimação do autor para no prazo de 15 dias, **REQUERER O QUE ENTENDER DE DIREITO.**
- ( ) Intimação do autor para apresentar à **IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO**, no prazo de 15 dias.
- ( ) INTIMEM-SE as partes, para especificarem se pretendem produzir novas provas, no prazo de 10 dias, demonstrando a sua pertinência para o julgamento da lide, a fim de possibilitar a análise judicial de seu deferimento ou indeferimento.
- ( ) **A REMESSA DO ALVARÁ DE LEVANTAMENTO DE VALORES**, via email para o Banco do Brasil, setor público para fins de pagamento/transferência para conta informada pelo beneficiário.
- ( ) Intimação do autor para, no prazo de 15 (quinze) dias se manifestar acerca da **certidão do oficial de justiça**, requerendo o que entender de direito.
- ( ) Intimação do autor para, em 15 (quinze) dias se manifestar sobre a carta de **citação/intimação** devolvida e juntadas aos autos.
- ( ) Intimação da parte adversa para no prazo de 05(cinco) dias **se manifestar acerca dos embargos de declaração com efeitos infringentes.**
- ( ) Intimação do(a) apelado(a) para, querendo, **contrarrazoar a(s) apelação(ões)** e documentos, no prazo de 15 (quinze) dias
- ( ) INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA, **pessoalmente, para, no prazo de 05(Cinco) dias providenciar o impulsionamento do feito,** sob pena de extinção, nos exatos termos do art.485,III,§1º, do CPC/2015.
- ( ) Intimação da parte ( ) **Promovente** ( ) **Promovida**, para, em quinze dias, se manifestar sobre a petição/documentos de ID:\_\_\_\_\_.



- ( ) Intimação da parte promovida para se manifestar sobre o **pedido de desistência da ação**, no prazo de 15 (quinze) dias.
- ( ) Intimação da parte autora para no prazo de 15 (quinze) dias, **RECOLHER AS DILIGÊNCIAS** do oficial de justiça para fins de expedição do(s) competente(s) mandado(s).
- ( X ) INTIME-SE a parte **EXEQUENTE** para, no prazo de 10 dias, **apresentar planilha de cálculo atualizada, em harmonia com o art. 524 do NCPC**, com vistas a execução do julgado.
- ( X ) INTIME-SE o **DEVEDOR**, para pagar o débito e as custas (se houver), no prazo de 15 dias, nos termos do art. 523, bem como o cientifique para fins de impugnação, a teor do art. 525 do CPC/2015
- ( ) Intimação do autor para que indique no prazo de 15(quinze) dias, **DEPOSITÁRIO DO BEM A SER APRENDIDO** para fins de expedição do mandado de busca e apreensão, atendendo ao que preceitua o art. 303\*, do CÓDIGO DE NORMAS CGJPB – JUDICIAL.
- ( ) Intimação da parte ( ) **promovente** ( ) **promovida** a requerer o que entender de direito, em 15 (quinze) dias, sobre as informações e/ou os documentos trazidos aos autos em resposta **ao(s) ofício(s)** expedido nos autos.
- ( ) Intimação do(a) advogado renunciante ao mandato outorgado por qualquer das partes, para no prazo de (quinze) dias comprovar que notificou seu constituinte da renúncia, na forma da lei.
- ( ) Intimação das partes para se manifestarem sobre o laudo pericial, no prazo de 15(quinze) dias
- ( ) Intimação do credor para no prazo de 15(quinze) dias indicar bens penhoráveis do devedor, visto que o oficial de justiça certificou que não encontrou bens passíveis de penhora pertencentes ao executado
- ( ) Redistribuição dos presentes autos conforme despacho ID: \_\_\_\_\_
- ( ) Retificação do valor da causa conforme despacho ID: \_\_\_\_\_
- ( ) Remessa dos autos à contadoria para cálculos das custas processuais
- ( ) Intimação da parte interessada para recolhimento das custas processuais finais, no prazo de 15 dias, sob as penalidades legais.
- ( ) Cumprimento da Deprecata conforme requerido pelo juízo deprecante.

João Pessoa-PB, em 26 de outubro de 2020

**WEZALY DE MEDEIROS MEIRA**

**Analista/Técnico Judiciário**

---

<sup>1</sup> Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

XIV os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

<sup>2</sup> Art. 152. Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria: VI - praticar, de ofício, os atos meramente ordinatórios. § 1º O juiz titular editará ato a fim de regulamentar a atribuição prevista no inciso VI.

<sup>3</sup> Art. 203. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. § 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário